



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - DEECO

KLINCYA MONTEIRO COLLET

**A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS ENTRE
OS ANOS DE 2003 E 2019 – UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA**

MARIANA

2022

KLINCYA MONTEIRO COLLET

**A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS ENTRE
OS ANOS DE 2003 E 2019 – UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira

Mariana,
2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C698p Collet, Klincy Monteiro.

A precarização das relações trabalhistas entre os anos de 2003 e 2019 [manuscrito]: uma reflexão necessária. / Klincy Monteiro Collet. - 2022.

87 f.

Orientador: Prof. Dr. Andre Mourthe de Oliveira.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Capitalismo - Aspectos sociais. 2. Neoliberalismo. 3. Trabalho - Aspectos sociais. I. Oliveira, Andre Mourthe de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E
APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

KLINCYA MONTEIRO COLLET

**A precarização das relações trabalhistas entre os anos de 2003 e 2019 –
uma reflexão necessária**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel de Ciências Econômicas

Aprovada em 03 de fevereiro de 2022

Membros da banca

Doutor - André Mourthé de Oliveira - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutor - Daniel do Val Cosentino - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutor - Francisco Horácio Pereira de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)

André Mourthé de Oliveira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em XX/XX/XXXX



Documento assinado eletronicamente por **Andre Mourthe de Oliveira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/02/2022, às 22:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0275446** e o código CRC **6AB2EE03**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.001327/2022-18

SEI nº 0275446

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

À minha família.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço à Deus por conseguir trilhar este caminho com tantos obstáculos e desafios. Segundo, agradeço aos meus pais por toda dedicação e força durante o período da graduação. Aos meus demais familiares que sempre estiveram à disposição com todo amor e carinho, à tia Jandira, tia Ivone e aos meus primos.

Meu agradecimento especial também vai aos meus amigos e amigas, pois não trilhei o caminho até aqui sozinha e a presença deles fez a caminhada mais leve. Marissol Campos, Pedro Duarte Faria, Márcia Mól, Mylena Moretto, Nath, Raissa Fernandes, Daiana Helen, Maria Isadora Guerra, Marcus Vinicius e Daymes Henrique. Agradeço de coração por todo apoio e amizade.

Sou imensamente grata aos professores Daniel Cosentino, Paulo Roberto e ao meu orientador André Mourthé de Oliveira pelas contribuições atribuídas à minha jornada.

E em último, mas não menos importante à UFOP, em especial aos colaboradores do ICOSA por todo companheirismo: Gislene Oliveira, Luciana Figueiredo e Robson Figueiredo.

*“Ninguém é uma pessoa se não
for toda a humanidade.”*

Mia Couto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NO CENTRO DE TODAS AS DISCUSSÕES	19
1.1 Trabalho – Definição e os Diversos Olhares Através do Tempo	19
1.1.1 O Trabalho como Mercadoria: a Alienação, a Ideologia e a Tortura	23
1.1.1.2 O Trabalho, a Luta de Classes, a Alienação, A Fetichização da Mercadoria, Riqueza/Miséria e outras Definições	24
1.2 As Leis e as Leis Trabalhistas	27
1.3 Neoliberalismo, Ultracapitalismo ou Capitalismo Avançado	30
CAPÍTULO 2: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÔMICA E SEU REFLEXO NO EMPREGO DOS GOVERNOS LULA A BOLSONARO	51
2.1 Como os Governos se Relacionaram com o Trabalho	51
2.1.1 Primeiro Governo Lula (2003-2006)	56
2.1.2 Segundo Governo Lula	62
2.1.3 Primeiro Governo Dilma (2011-2014)	66
2.1.4 Segundo Governo Dilma (2015-2016)	70
2.1.5 Governo de Transição pós <i>Impeachment</i> - Michel Temer (2017-2018)	72
2.1.6 Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022)	73
2.2 Análise comparativa e discussão dos resultados	74
CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Ataque ao Trabalho: Salários Reais e Produtividade nos Estados Unidos entre 1960-2000.....	46
Figura 2 – Participação nas Exportações por Fator Agregado (% do total).....	55
Figura 3 – Divisões Usadas pelo IBGE para Classificar os Tipos de Trabalho.....	55
Figura 4 – Balança Comercial Brasil-China de 1984-2008 US\$ Bilhões FOB.....	59
Figura 5 – Estrutura Funcional do FNT.....	61
Figura 6 – FNT – Bancada dos Empregadores Quantidade de Vezes em que as Instituições são Representadas: Total 2013 - Classificadas por Grupo de Atuação na Sociedade Brasileira.....	61
Figura 7 – Representantes dos Empregadores que Aparecem mais de uma Vez – O Quantitativo de Representantes, por Grupos de Interesses (Instituições) Representados pelos Profissionais que Aparecem mais de uma Vez Total 23 Representações.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação da Indústria no Emprego (% do Total)	54
Tabela 2 – População Total em Idade Ativa e População Economicamente Ativa PEA Brasil 2004-2008	58
Tabela 3 – Exportações da América Latina para a China por Setor 2008.....	58
Tabela 4 – Reajuste e Aumento Real do Salário Mínimo do Brasil ente 2002-2006 .	59
Tabela 5 – Absorção de PEA Conforme a Idade Brasil: 2004-2008	62
Tabela 6 – Absorção da PEA Conforme Sexo Brasil 2008	63
Tabela 7 – Evolução dos Vínculos de Emprego Brasil: 1989-2008	64
Tabela 8 – Brasil – Número de Empregos, Variações Absoluta e Relativa	67
Tabela 9 – Brasil – Número de Empregos em 31/12 por Setor e Subsetor de Atividade Econômica.....	68
Tabela 10 – Estoque de Empregos Formais, Variações Absoluta e Relativa por Grau de Instrução IS-CGET/DES/SPPE – TEM.....	69
Tabela 11 – Estoque de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa por Gênero IS-CGET/DES/SPPE/TEM.....	70
Tabela 12 – Taxa de Desocupado.....	71
Tabela 13 – Trabalho com Carteira Assinada 2014-2017.....	71
Tabela 14 – Sub Ocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas de 14 anos ou mais de Idade por Contribuição para a Previdência no 3º trimestre do Ano – Brasil.....	73

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

APPs – *Applications*

AVC- Acidente Vascular Cerebral

BC- Banco Central

BH – Belo Horizonte

BIS – Banco de Compensações Internacional

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CAT – Central Autônoma dos Trabalhadores

CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores

CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CMN- Conselho Monetário Nacional

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EC – Emenda Constitucional

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNT – Fórum Nacional do Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEADATA – Base de dados do IPEA

IR – Imposto de Renda

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

MP- Medida Provisória

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PEA – População Economicamente Ativa

PEC- Proposta de Emenda Constitucional

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

UNCTAD- *United Nations Conference on Trade and Development*

URSS- União das Repúblicas Soviéticas Socialistas

RESUMO

O trabalho é considerado a função na qual as pessoas buscam o seu sustento, a sua realização pessoal, sua interatividade com o social. Trata-se de uma dimensão fundamental na vida das pessoas. Hoje, a realidade das relações trabalhistas tem esmagado o trabalhador. Com menos direitos trabalhistas, com perda substancial da renda, perda de valor do salário, o trabalhador tem visto seu espaço laboral transformando-se em jugo. O tema deste estudo será a precarização ocupacional e a financeirização da economia no Brasil entre os anos de 2003 e 2019. O escopo desta pesquisa foi construído a partir da seguinte pergunta: Como a expansão do capitalismo avançado tem afetado as relações trabalhistas no Brasil entre 2003 e 2019? Estabeleceu-se este período para gerar uma comparação entre os períodos sob a faceta do trabalho dado que dentro deste período presenciamos governos com ênfases e compreensões bastante diferente acerca do trabalho. O capital e o capitalista buscam os espaços onde o primeiro cresce mais, aproveitando-se da mais valia do trabalhador de modo que, hoje, o assim chamado Estado de Bem estar social passou a se constituir num novo nicho no qual o capital pode crescer. E, com isto, as relações trabalhistas foram sendo precarizadas.

Palavras chave: Neoliberalismo, Capitalismo Avançado, Precarização do Trabalho, Relações trabalhistas, Trabalho, Trabalhador.

ABSTRACT

Work is considered the function in which people seek their livelihood, their personal fulfillment, their interactivity with the social. It is a fundamental dimension in people's lives. Today, the reality of labor relations has overwhelmed the worker. With fewer labor rights, with substantial loss of income, loss of salary, the worker has seen his work space becoming a yoke. The theme of this study will be the occupational precariousness and the financialization of the economy in Brazil between the years 2003 and 2019. The scope of this research was built from the following question: How the expansion of advanced capitalism has affected labor relations in Brazil between 2003 and 2019? This period was established to generate a comparison between the periods under the facet of work, given that within this period there were governments with very different emphases and understandings about work. capitalist seek the spaces where the former grows the most, taking advantage of the worker's surplus value so that, today, the so-called Welfare State has become a new niche in which capital can grow. And, with this, labor relations are becoming precarious.

Keywords: Neoliberalism, Advanced Capitalism. Precariousness of Work. Working relationships. Work. Worker.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a questão das relações trabalhistas tem tido um papel bastante relevante na vida cotidiana das pessoas. Hoje, mais do que nunca, a vida do trabalhador se tornou mais árdua dado que após algumas reformas trabalhistas os direitos foram reduzidos, a atuação e a importância do sindicato está cada vez mais mitigada e alinhado a tudo isto, uma intensa desindustrialização que reflete na quantidade e qualidade dos postos de trabalho. Neste sentido, cabe um olhar especial acerca de como este fenômeno foi se desenvolvendo e, para isto, foi delimitado um intervalo de tempo localizado entre 2003-2019. De forma que os mercados de trabalho estão em transformação, não apenas no Brasil, mas também no mundo e o modo de trabalhar entrou em transformação principalmente a partir do advento da tecnologia da informação e da *internet*.

O uso das redes tem se expandido muito na última década e tem ocupado um lugar relevante no cotidiano das pessoas. Vale destacar que o uso da *internet* passa por diversas linhas de ação, ficando, aqui, restrita a apenas uma faceta sem aprofundar muito já que o objetivo principal desta pesquisa é o de lançar luzes sobre os caminhos que levaram a precarização do trabalho existente hoje. O uso da *internet* no trabalho como defende Grohmann (2020):

que falar em plataformação do trabalho, em vez de uberização, é evidenciar a multiplicidade de atividades de trabalho e suas dinâmicas, considerando clivagens de gênero, raça e território, em um país onde os bicos/gig sempre foram a norma, não a exceção. Por sua vez, essa plataformação do trabalho se assenta, ao mesmo tempo, em bases tecnológicas, financeiras e políticas, a partir dos processos de dataficação e financeirização e da racionalidade neoliberal empreendedora. São as bases de sustentação pelas quais se estruturam a gestão algorítmica do trabalho e os tipos de controle daí advindos. Algoritmos e dados, com suas especificidades, atuam ao mesmo tempo com suas lógicas e modos de conhecer o mundo, e como expressões do capital em circulação, reconfigurando o mundo do trabalho. A totalização da racionalidade neoliberal dificulta ao máximo, mas não impede tentativas, fissuras ou brechas, ainda que mínimas – com limites, dilemas e contradições –, de alternativas ao cenário do trabalho digital (GROHMANN, 2020, p. 118).

No presente, após a sindemia da Covid-19, a *internet* tornou-se, ainda mais, um instrumento de lazer, socialização e trabalho. Tendo em vista a necessidade do isolamento social para mitigar o contágio entre as pessoas o modo de trabalho denominado *Home Office* que se popularizou. Longe de esgotar este tema, lançar luzes sobre os caminhos que levaram até a situação do trabalho hoje é o que pretendeu este estudo acerca do desenvolvimento do neoliberalismo e do avanço do mesmo sobre as relações trabalhistas de modo a precariza-las.

No entanto, estes são fatos que podem ser vistos em camadas, ou seja, caberia a necessidade de buscar um olhar mais apurado sobre estas cenas para descobrir o que está

sustentando estas reformas trabalhistas aliadas com as da previdência, que sufocam e sufocarão a classe trabalhadora pelos próximos anos e diminui a renda dos pobres em geral. Salienta-se que este estudo será focado na questão trabalhista sem aprofundar nas questões previdenciárias, dentre outras. Entende-se que as pessoas, quando comparadas com as suas gerações anteriores, estejam vivendo mais e este aumento na expectativa de vida vem, em parte, da aplicação dos princípios do Estado de bem-estar social ou *Welfare State*, que traz no bojo de sua definição a aplicação de políticas públicas que podem ser vistas como sendo um salário indireto que ajuda a complementar a renda do trabalhador de modo que este último pode comprar as mercadorias produzidas pela indústria. O Estado de Bem estar social é uma doutrina que promoveria um arranjo, localizado no tempo e espaço, que leva a uma certa acumulação do capital. Os preceitos de melhoria da qualidade de vida da população aparecem em todos os setores, educação, saúde, lazer, trabalho, entre outros vem do que leva a constatação de que tais políticas possam viabilizar a proteção aos mercados de trabalho de dentro do país fortalecendo o chamado capital produtivo.

Contudo, a política neoliberal praticada por representantes do capital financista/rentista se opõe radicalmente a esta política progressista e vai na contramão, propondo um Estado mitigado, com um mínimo de direitos sociais e o capital rentista ocupando o papel central que caberia ao Estado para a população. Ou seja, atrás de todas as camadas que compõem os fatos acima evidenciados está a financeirização da economia ou o assim chamado capitalismo avançado. Um dos pilares do neoliberalismo é a privatização das empresas estatais que passam a prestar serviço ao público oferecendo um serviço de qualidade inferior a um preço maior além de não reverter em benefícios para a comunidade em geral. A privatização torna o serviço prestado menos eficiente dado que fique centrado única e exclusivamente na busca pelo lucro. Desta forma é possível ver uma empresa pública privatizada que passou a oferecer um salário pior aos seus empregados, que buscou oferecer o serviço em locais de maior densidade populacional deixando desamparadas regiões distantes dos grandes centros.

De forma que o principal argumento para as privatizações e também para as (de) formas que impactam diretamente a vida do trabalhador torna-se o aumento da oferta de empregos. O trabalhador é levado a abrir mão dos seus direitos para que se tenha emprego o que, na prática, mostrou-se ineficaz como mecanismo para tal. Compreender como o neoliberalismo tem se expandido no mundo e no país é imperativo para o entendimento da economia, além de projetar rumos para o futuro dentro desta área. Apreende-se que as relações trabalhistas estejam no centro e ao redor dela orbitam: as novas formas de trabalho em face do uso expandido da

internet, a redução do Estado de Bem Estar Social, o avanço da fase neoliberal ou ultraliberal do capitalismo e as novas redefinições internacionais de produção e produtividade. Por isto, as relações trabalhistas estão no centro desta questão.

Com vistas a demarcar um período histórico para pautar a construção da pesquisa, marcou-se o espaço temporal delimitado entre os anos de 2003 a 2019. Os anos seguintes de 2020 e 2021 foram descartados pelo fato de que o país se encontra numa *sindemia* que impõe uma política de isolamento social e isto faz com que os indicadores sejam muito diferentes em decorrência do período ser atípico. Baseado nesta constatação emerge-se a seguinte pergunta motriz: **como a expansão do capitalismo avançado tem afetado as relações trabalhistas no Brasil entre 2003 e 2019?**

Frente a essa questão, o objetivo geral elencado para este trabalho é o de descrever e contextualizar os impactos na sociedade brasileira atual que vem sendo promovidos pela expansão do capitalismo avançado, por meio da análise das relações trabalhistas. Para que se consiga alcançar tanto a resposta para este questionamento quanto para alcançar o objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Discutir conceitos de Karl Marx acerca do capitalismo e do trabalho;
- Compreender a definição de *Welfare State* ou estado de bem-estar social no contexto da guerra fria e de social democracia hoje;
- Elaborar uma consideração histórica acerca do conceito de trabalho;
- Definir e contextualizar alguns conceitos básicos pertinentes ao tema em questão;
- Analisar os impactos das mudanças nas leis trabalhistas entre os anos de 2003 até 2019.

A justificativa para a construção deste estudo na esfera acadêmica é que este se trata de um tema que, em geral, é analisado em suas partes como educação, emprego, entre outras. Neste caso, será analisado em contexto geral traçando uma correlação entre todas as partes amarradas em torno da análise das relações trabalhistas. Já na dimensão social depreende-se que a expansão do capitalismo avançado sobre o Estado de Bem Estar Social afeta toda a estrutura da sociedade promovendo um esgarçamento do tecido social gerando impactos tão profundos que somente após muitas gerações poderá ser mitigado. Desta forma é imprescindível a análise deste tema para a sociedade. Não se pode separar, de modo bastante claro, preciso e exato, a importância deste estudo entre uma e outra esfera dado que haja uma inter-relação e interdependência entre ambas esferas. A área acadêmica foi criada para gerar conhecimento

aplicado na sociedade e, esta, por sua vez, gera fenômenos e eventos que precisam ser analisados pela área acadêmica. Já a hipótese elencada para este estudo é a de que o neoliberalismo tem deteriorado as relações trabalhistas no decorrer dos governos Lula a Bolsonaro em maior ou menor grau de impacto que depende do cenário econômico interno que, por sua vez, sofre com os acontecimentos nas relações econômicas mundiais.

Nesta parte da introdução, far-se-á a classificação da pesquisa e dos métodos usados de acordo com os procedimentos metodológicos usados ao longo da construção da pesquisa. Após apresentação e uma reflexão sobre o assunto abordado, esta parte tem por finalidade descrever a metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho, no intuito de atingir os objetivos traçados inicialmente. A importância metodológica de um trabalho pode ser justificada pela necessidade de um fundamento científico adequado e pela busca do melhor tratamento para endereçar as questões da pesquisa. Todo trabalho científico tem como cerne a pesquisa. Neste contexto, a pesquisa pode ser conceituada de diversas formas. De acordo com Gil (2002, p. 17), a pesquisa seria definida como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados (MINAYO, 1993 *apud* SANTOS, 2013, p. 40).

Este conceito tem uma ótica voltada para o caráter filosófico. Consoante com um caráter mais pragmático, Demo (1996) citado por Santos (2013, p. 40) define a pesquisa como “questionamento sistemático, crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”. Portanto, a pesquisa é um conjunto de procedimentos racionais, realizados em etapas, com ações teóricas e práticas voltadas para o foco na resolução de um problema que tem como motivação a curiosidade que é característica inerente ao ser humano.

Para classificar as pesquisas com base nos procedimentos técnicos, para Gil (2002, p. 43) deve-se “confrontar a visão teórica com os dados da realidade, torna-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa”. Dessa forma, a pesquisa é embasada nos resumos de trabalhos já efetuados na área por autores conhecidos dentro da área com a perspectiva de aplicação na pequena empresa (pequena empresa??). Para Lakatos e Marconi (2011, p. 16), “um mesmo fenômeno ou objeto (...) pode ser matéria de observação tanto para

o cientista quanto para o homem comum; o que leva um ao conhecimento e outro ao vulgar ou popular é a forma de observação”.

O método de abordagem eleito para este trabalho é o método descritivo. Conforme Vergara (2000, p. 147), a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou amostra ou fenômeno através da observação criteriosa e detalhada, buscando estabelecer relações entre as variáveis observadas e sua natureza. Contudo, esta pesquisa não tem o objetivo de explicar tais fenômenos embora norteie uma pesquisa mais aprofundada no tema. No que se refere a obtenção de informações, foi feita pesquisa bibliográfica e análise de estudo de caso. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, mídia digital, dicionários, publicações periódicas, em outros materiais de apoio de autores renomados na área para corroborar e embasar a análise empírica. Os dados foram obtidos de forma primária em bancos de dados como IBGE, PNAD ou indiretas por meio de autores que fizeram análise semelhante.

Na pesquisa será utilizado o método dedutivo, pois já existe entendimento consensual acerca do avanço do neoliberalismo no Brasil. Diante disso, a pesquisa partirá de uma premissa maior, o sistema econômico, para uma premissa menor, que será a análise dos impactos deste na sociedade moderna. Quanto à metodologia, a presente pesquisa pode ser classificada como teórica, básica e quali-quantitativa, haja vista que busca-se aprofundar o conhecimento em um assunto já disponível na ciência, utilizando-se de doutrinas, teses, julgados e códigos. Além disso, pode ser classificada também como pesquisa bibliográfica, pois serão utilizados livros, teses, que abordam o tema, que servirão de base para a pesquisa. E por fim, será conjuntamente uma pesquisa documental, pois terá análise em dados indiretos coletados por instituições como o IPEA. Quanto aos procedimentos realizados, em princípio foi realizado um levantamento nos estudos sobre o tema. Em seguida, pesquisou-se em doutrinas, teses, artigos, sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas, (não entendi essa passagem, o que é isso de incidente de resolução de demandas?) para que assim, seja possível contextualizar o tema no período que abrange os anos de 2003 até 2019. Após isto, houve a leitura dos textos selecionados. Depois da leitura, realizar uma análise e escrever a revisão da literatura conforme os objetivos específicos. E por fim, analisar os dados coletados e entender como o capitalismo avançado tem impactado a sociedade brasileira e reduzindo a qualidade de vida das pessoas.

Em princípio, haverá um breve histórico sobre o conceito de trabalho, seguido da definição dos conceitos básicos de mercadoria, alienação, luta de classes, fetichização da mercadoria, leis trabalhistas, neoliberalismo e, a análise de cada um dos governos dentro do espaço temporal delimitado para este estudo. Uma análise de dados e, por fim, a conclusão.

CAPÍTULO 1: AS RELAÇÕES TRABALHISTAS NO CENTRO DE TODAS AS DISCUSSÕES

Nesta parte, serão colocadas as pautas base para construção desta pesquisa. Será construída uma breve consideração histórica acerca do conceito de trabalho. Desta forma conceitos como globalização, modo de produção, capitalismo, capitalismo avançado ou neoliberalismo, mercado financeiro, lastro em ouro, Estado mínimo, privatizações, dívida do Estado, Banco Central, mercado de trabalho flexível, automação potencial, renda mínima universal, economia informal, informalidade, formalização de contratos; fordismo, desigualdade, distribuição de renda, desenvolvimento econômico, desemprego, desenvolvimento econômico e ideologia, ou seja, nesta parte serão construídos os conceitos e correlações básicos para o entendimento das ideias subsequentes.

1.1 Trabalho – Definição e os Diversos Olhares Através do Tempo

A palavra trabalho possui um significado negativo dado que o verbete trabalhar deriva do latim *tripaliare*, nome de um instrumento – o *tripálio* – formado por três paus e usado para amarrar os condenados ou os animais que sejam difíceis de se domar, animais mais selvagens no momento de colocar a ferradura. Desta derivação do latim “trabalho” acaba por ser entendido como sendo uma tortura, que promova infelicidade. Ainda entre gregos e romanos, sociedades escravagistas, havia o consenso de que haveria uma divisão de trabalho bastante nítida entre as atividades intelectuais e braçais. A educação seria reservada para aqueles que se dedicariam às atividades intelectuais, ao ócio digno destinado ao homem isento de praticar as atividades que lhe assegurasse a subsistência. De modo que este homem poderia se dedicar à função de guerrear, fazer política, tomar decisões, gerir a sociedade (ARANHA; MARTINS, 2009, p. 67-68). "O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano. O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana. A ação corresponde à condição humana" (ALBORNOZ, 1988, p. 23). Esta ideia acerca do trabalho se encontra delimitada nas palavras do Filósofo Aristóteles (384-322 a.C.):

A utilidade do escravo é semelhante à do animal. Ambos prestam serviços corporais para atender às necessidades da vida. A natureza faz o corpo do escravo e do homem livre de forma diferente. O escravo tem o corpo forte, adaptado naturalmente ao trabalho servil. Já o homem livre tem corpo ereto, inadequado ao trabalho braçal, porém apto para a vida do cidadão. (...) Os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios (estes tipos de vida são ignóbeis e incompatíveis com as qualidades morais); tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer (ócio) é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas (ARISTÓTELES, 1985, p. 15).

Já na idade média, o trabalho passou a ter um significado de sofrimento com vistas a alcançar o fortalecimento do espírito para levar ao alcance do paraíso: "Comerás o pão com o suor de teu rosto" (Gn. 3,19). A tradição judaico-cristã trouxe o entendimento de que Adão, que vivia no ócio, ao desobedecer a Deus foi condenado a ganhar o seu pão com o suor do seu rosto. O filósofo Tomás de Aquino (1221-1274) ensinava que o trabalho seria um instrumento utilizado para tornar o ser humano melhor. No entanto, esta concepção, pautada no catolicismo, foi questionada pelos protestantes ao final da idade média. Uma nova classe estava emergindo, um novo modo de produção estava se iniciando. Neste período, o trabalho passou a ser visto como um instrumento para alcançar a riqueza já que conforme as vertentes que acompanham João Calvino, o homem deveria viver uma vida de forma ativa e lucrativa baseada no trabalho. Esta vertente credita a riqueza à simpatia divina de forma que quem nascesse rico, deveria trabalhar para conservar sua riqueza e/ou aumentá-la para ir para o paraíso. Já quem nascesse pobre, este deveria trabalhar dobrado ou triplicado para também alcançar o paraíso. Neste sentido, o sociólogo Max Weber (1864-1920) aponta para uma relação entre o espírito do capitalismo e a ética do protestantismo (COTRIM, FERNANDES, 2013, p. 176-177).

A mudança do trabalho realizado essencialmente na agricultura e pecuária na alta idade média para uma diversidade de atividades na baixa idade média, na qual a atividade artesanal. O artesão era livre para criar suas peças, não havia pressão quanto ao plano, início, formato, forma, técnica e tempo o que tornava cada peça única dado que não havia padronização. Quando desenvolvia seu trabalho, o artesão poderia aprender mais e desenvolver os conhecimentos e habilidades que já possuía. Inexistia a separação entre trabalho e a cultura. Ou seja, o trabalho do artesão impregnava o seu modo de viver. Outro ponto a ser levantado é que todos, na oficina, conseguem ter a visão do produto pronto (ALBORNOZ, 1988, p. 34-35).

Também Fromm (1976, p. 177) destaca que “na história do ocidente, o artesanato, especialmente em seu desenvolvimento durante os séculos XIII e XIV, constitui um dos clímax da evolução do trabalho criador”. O mestre dominava todo o processo e os seus aprendizes o rodeavam prontos a absorver os ensinamentos dele. Desta forma todo o processo era visível a todos os aprendizes apesar de apenas o mestre dominá-lo integralmente.

Não existiam manuais para os aprendizes ou textos escritos deixados por mestres e oficiais, e mesmo os compromissos das corporações não tinham a função de servirem como compêndios para o ofício. Neles, eram descritos somente os deveres dos artesãos do ofício e os compromissos firmados com os demais membros da corporação. Isso preservava o ofício da possibilidade de certas convenções técnicas caírem em mãos estranhas. A tradição oral contribuía, assim, para a preservação dos segredos ou mistérios do ofício (MARTINS, 2008, p. 82).

A mudança na forma como as pessoas se relacionavam com o produto do trabalho delas também modificou-se. Já na indústria, as pessoas foram sendo alijadas do produto do seu trabalho, já não dominavam todo o processo produtivo, conheciam apenas uma pequena parte, a que lhe cabia. A sociedade industrial trouxe um número maior de pessoas para a oficina – que, por sua vez, ganhou maiores dimensões em espaço de forma a aglutinar diversas pessoas em fases da produção. Outro ponto a ser destacado é a forma como as pessoas observavam o tempo passar enquanto estavam trabalhando como defende Max Weber (2004).

Daí o costume de usar quase sempre o sistema de salário por tarefa. E como, com o aumento das receitas e da intensidade do empreendimento, em geral, costuma crescer o interesse do empresário em acelerar a colheita, e o óbvio que repetidas vezes se tentou interessar os trabalhadores na elevação do rendimento do seu trabalho mediante a elevação da taxa de remuneração por tarefa, o que, lhes daria em curto espaço de tempo a oportunidade de um ganho que para eles era excepcionalmente alto. Só que aí surgiram dificuldades peculiares: o aumento do pagamento por tarefa o mais das vezes não teve por resultado maior produtividade do trabalho no mesmo intervalo de tempo, mas sim menor, porque os trabalhadores respondiam aos aumentos das taxas de remuneração não com o incremento da produtividade diária, mas sim com a sua diminuição. O homem que, por exemplo, à razão de um marco por jeira na ceifa de trigo estivesse acostumado até ali a ceifar duas jeiras e meia por dia ganhando assim 2,50 marcos por dia, depois que a remuneração por jeira foi aumentando em 25 Pfennige ele passou a ceifar não as três jeiras como seria de esperar a fim de aproveitar a oportunidade de um ganho maior, em vez de ganhar 3,75 marcos - o que seria perfeitamente possível – o que ele fez foi passar a ceifar menos, só duas jeiras por dia, já que assim ganhava diariamente os mesmos 2,50 marcos de antes e, como diz a Bíblia, “com isso se contentava”. Ganhar mais o atraía menos que o fato de trabalhar menos (...). Eis um exemplo justamente daquela atitude que deve ser chamada de “tradicionalismo”: o ser humano não quer por natureza ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, mas simplesmente viver, viver do modo como esta habituado a viver e ganhar o necessário para tanto. Onde quer que o Capitalismo (moderno) tenha dado início à obra de incrementar a “produtividade” do trabalho humano pelo aumento da sua intensidade, ele se chocou com a resistência infinitamente tenaz e obstinada desse Leitmotiv do trabalho na economia pré-capitalista, e choca-se ainda hoje por toda parte, tanto mais quanto mais “atrasada” (do ponto de vista capitalista) é a mão de obra da qual se vê depender (WEBER, 2004, pp. 52-53).

Modificou a forma como as pessoas lidavam com o que, com o quanto e como produziam. Neste sentido, Weber defende que no pré-capitalismo havia uma resistência quanto a ganhar mais por trabalhar mais. Na modernidade, diversas teorias se ocuparam de lançar novos olhares sobre o trabalho e as relações trabalhistas de modo a afirmar e reafirmar o novo modo de produção. Conforme a ideia apontada anteriormente, agora o trabalho passa a ser valorizado sob o âmbito da propriedade privada.

Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra de suas mãos, pode dizer-se, são apropriadamente dele, (...) Desde que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou, pelo menos quando houver bastante e igualmente boa qualidade em comum para terceiros (LOCKE, 1973, p. 51-52).

Já o filósofo Hegel conceituou o trabalho como sendo um elemento que promoveria a construção do ser humano, trazendo à tona seu aspecto positivo. O ato de trabalhar atuaria na formação e aperfeiçoamento do ser humano, além de promover sua libertação através do domínio que ele passa a exercer sobre a natureza (COTRIM; FERNANDES, 2013, p. 178). Já Marx trouxe um novo entendimento para o trabalho.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza (MARX, 1989, p. 149).

Marx traz uma relação que vem complementar a definição de Hegel que proporia o domínio sobre a natureza. Ao passo que Hegel destaca o aspecto positivo na sua definição de trabalho na construção do ser humano, Marx traz o aspecto negativo colocando o trabalho num contexto maior do que o individual. Marx vai além, propondo que o trabalho para além de ser o domínio da natureza, torna-se uma *práxis* que é uma ação material, consciente e também objetiva. Com esta definição, Marx rompe com as noções que vigoravam até então de que a consciência possuía apenas uma dimensão idealista. De forma que o homem passa a ter uma dimensão objetiva, material e prática e uma dimensão subjetiva, teórica que atuam em um dinamismo continuado na transformação do mundo ao seu redor e de si mesmo (COTRIM; FERNANDES, 2013, p. 178). Sendo isto o que separa o homem do animal como o mesmo autor volta a salientar a seguir:

O animal identifica-se imediatamente com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É a sua própria atividade. Mas o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. Possui uma atividade vital consciente. Ela não é uma determinação com a qual imediatamente coincide. A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital dos animais. Só por esta razão é que ele é um ser consciente (...) (MARX, 1989, p. 164/165).

Esta definição torna o homem o único animal consciente de si mesmo, do mundo à sua volta e, de como suas ações transformam a natureza. Marx (1989) aponta que a consciência do homem também se encontra delimitada na esfera material vinculando a sua compreensão às suas condições materiais de existência. E, isto é a base para a teoria na qual descreve a mais valia que se tornou o fio condutor da modernidade.

A ideia de trabalho passou por diversas mudanças ao longo da história que se conformava com o modo de produção que vigorava. Desta forma, as sociedades escravistas buscavam explicar o escravo como elemento construtor da sociedade, além de justificar sua

existência na sua compleição física. Veio a idade média e, com ela, a Europa acossou-se com um teocentrismo e uma sociedade dividida em estamentos devidamente explicados conforme a vontade de Deus e as possibilidades de alcançar, no futuro, o paraíso. Trabalho passou a ser conceituado como sofrimento necessário para a reformulação da alma – condição para alcançar o céu. Com o renascimento, vieram os protestantes com uma nova forma de se relacionar com Deus e com o trabalho. Esta novidade é fruto da ascensão de um novo modo de produção - o capitalismo. Para se adequar a este novo modo de produção, o trabalho passou a ser visto como um instrumento através do qual o homem vai construir, manter ou aumentar a riqueza pessoal com vistas a alcançar as graças de Deus. A contemporaneidade nos traz grandes pensadores que se debruçaram sobre o conceito de trabalho, entre eles Hegel que estava propondo que o trabalho seria um elemento construtor da consciência do homem. Já Karl Marx definitivamente soterrou a ideia de que a consciência humana seja atemporal e imaterial. Este autor amarrou a consciência humana, a realidade material e a temporal no conceito de trabalho.

1.1.1 O Trabalho como Mercadoria: a Alienação, a Ideologia e a Tortura

O trabalho, para além da construção do seu conceito histórico, deve ser entendido sob outra nuance, sua propriedade de se transformar em mercadoria e sua capacidade de se descolar do seu produtor, sendo um importante instrumento de alienação e, posterior controle das massas. O conceito de mais valia passa a permear todas as relações colocando a luta de classes na ordem do dia. Entende-se que o homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela. Desta forma os conceitos criados por Karl Marx e Friedrich Engels (2007) passam a determinar uma nova forma de se entender o homem e compreendê-lo melhor na sociedade. Eles escreveram uma obra que reúne todos os conceitos filosóficos ligados à exploração de uma classe pela outra. Estes estudos também abriram caminho para uma maior ampliação do uso do método sociológico. O resto do mundo conhece Karl Marx com a teoria de análise e crítica social, onde o mesmo reconhece a divisão de classes sociais e a exploração de uma sobre a outra, ou seja, quem tem meios de produção explora quem não tem. Marx apontou a solução com a Revolução do proletariado.

O comunismo distingue-se de todos os movimentos anteriores porque revoluciona os fundamentos de todas as relações de produção e de intercâmbio precedentes e porque pela primeira vez aborda conscientemente todos os pressupostos naturais como criação dos homens que existiram anteriormente, despojando-os de seu caráter natural e submetendo-os ao poder dos indivíduos associados (MARX; ENGELS, 2007, p. 67).

Mais adiante, os mesmos autores seguem apontando para a inovação que traz o conceito de comunismo enquanto um novo rumo para a humanidade. Uma nova forma de compreender e aplicar as relações humanas e econômicas, reafirmando a necessidade de mudança, de transformação principalmente para as massas.

O comunismo não é para nós um estado de coisas [*Zustand*] que deve ser instaurado, um Ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [devem ser julgadas segundo a própria realidade efetiva. (suprimido do manuscrito)] resultam dos pressupostos atualmente existentes [anotação de Marx] (MARX; ENGELS, 2007, p. 38).

Eles começaram a pensar na necessidade de uma ampla Revolução que levasse a uma mudança brusca na sociedade, que derrubasse o sistema capitalista que atuava como sendo uma injusta apropriação do trabalho dos operários pelos burgueses. “Toda a história até os nossos dias é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2005, p. 67). Esta constatação é também apontada por Schumpeter (1961, p. 56) quando este menciona que “Marx eletrizou a atmosfera em torno dos fenômenos com todos os dínamos da luta de classes e política. Somente isso seria o bastante para elevar a exposição feita, muito acima dos enfadonhos teoremas econômicos sobre o assunto”.

Para eles, somente uma mudança completa de paradigmas e da forma como o poder é exercido que poderia unir a força de todos os trabalhadores para derrubar este sistema e, em seguida, tomar o controle dos meios de produção, coletivizando-os. Desta forma, teria um Estado forte, criado e gerido pelos trabalhadores. Eles também controlariam a propriedade privada, tornando-a pública num estado socialista que poderia ser comunista no futuro. Não se deve renunciar à luta pelas transformações e não se pode acomodar, se sentir confortável com o que o capitalismo oferece. A mudança tem que ser muito mais profunda do que uma lei trabalhista, do que um direito a uma política pública que beneficie as massas.

1.1.1.2 O Trabalho, a Luta de Classes, a Alienação, A Fetichização da Mercadoria, Riqueza/Miséria e outras Definições

Em sua teoria, Karl Marx e Friederich Engels revolucionaram os conceitos envolvidos na economia de maneira definitiva conforme já foi mencionado anteriormente. Neste sentido, é preciso aprofundar nos conceitos base para adentrar nos preâmbulos de uma teoria da envergadura como é a destes autores. De forma que se pode iniciar com um breve olhar sobre postos-chave da história além de compreender alguns conceitos sociológicos.

Em princípio, é necessário conhecer o que é a sociedade, como ela é vista.

Durkheim concebe a sociedade como um corpo vivo, um organismo cujas partes - cada instituição e cada indivíduo - cumprem papéis determinados e existem em função do todo. A “liga” que une esses diferentes componentes, tornando a sociedade possível, é o que ele chama de solidariedade. Nas sociedades mais simples e mais homogêneas existe uma integração equilibrada entre as partes porque elas diferem muito pouco entre si (...) (BOMENY *et al.*, 2010, p. 58).

Compreende-se que quando os membros de uma sociedade são praticamente iguais, a integração é assegurada e a solidariedade é mais aplicada. Nestas sociedades, a divisão do trabalho ocorre por gênero ou por idade, por exemplo. Podendo ocorrer especialização do trabalho mediante um talento natural que algum membro da sociedade apresente trazendo uma coesão ao grupo.

A solidariedade mecânica prevalece naquelas sociedades ditas “primitivas” ou “arcaicas”, ou seja, em agrupamentos humanos de tipo tribal formado por “clãs”. Nestas sociedades, os indivíduos que a integram compartilham das mesmas noções e valores sociais tanto no que se refere às crenças religiosas como em relação aos interesses materiais necessários a subsistência do grupo, essa correspondência de valores assegura a coesão social (DURKHEIM, 2012, p. 483).

Para ele, o espírito humano é formado por uma dualidade eu/nós que existe nas pessoas, o sentimento de coletividade, de pertencimento a algo maior, os outros, a consciência coletiva "(...) nos vêm da sociedade; eles a traduzem em nós e nos atam a alguma coisa que nos supera. Sendo coletivos, eles são impessoais; eles nos dirigem a fins que temos em comum com os outros homens" (DURKHEIM, 1970, p. 328). Cada um se encontra ligado ao outro e à sociedade e o que os une é a solidariedade e a coesão gerando um tecido social. Em outras palavras, a sociedade "(...) externa e transcendente ao indivíduo enquanto indivíduo, é interna e imanente ao indivíduo enquanto homem" (VIALATOUX, 1939, p. 18). O sentimento de pertencimento a algo maior é uma via de mão dupla, a pessoa se sente parte de uma sociedade e a sociedade, por outro lado, precisa do indivíduo para existir.

Por outro lado, conforme esclarece Weber (1982):

a dominação, ou seja, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode fundar-se em diversos motivos de submissão. Pode depender diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daquele que obedece. Pode também depender de mero “costume”, do hábito cego (...). A dominação que repousasse apenas nesses fundamentos seria relativamente instável (WEBER, 1982 citado por COHN, FERNANDES, 2002, p. 128).

Entende-se que numa sociedade haja grupos que exercem a dominação sobre outros. De acordo com Weber “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas” (WEBER, 2001, p. 128).

Ainda de acordo com o mesmo autor, esta dominação ocorre sob três formas diferentes, a saber, dominação legal – forma mais oficial de dominação que pode ser observada nas convenções sociais, dominação tradicional – conferida pelo respeito à tradição - e dominação carismática – baseada na capacidade de mobilização das massas através da exposição de uma figura (WEBER, 2009, p. 130 – 134). Esta dominação pode ser observada, usando como instrumentalização as leis, na transição entre o sistema feudal e o sistema capitalista, notadamente na Inglaterra, com as leis que forçavam as pessoas a trabalhar.

O processo de disciplinamento da força de trabalho foi parte integrante do surgimento do capitalismo. Ele se estendeu ao longo de séculos e compreendeu as diversas leis contra a vagabundagem e “contra a pobreza”, adotadas nos diversos países, que visavam obrigar os homens livres a ingressarem no trabalho fabril. Já em 1547 era proibida a mendicância em Londres. Em 1662, a Lei de Residência dava aos juízes, a pedido do encarregado da vigilância dos pobres em cada paróquia, o poder de enviarem de volta à sua paróquia os recém-chegados. Em 1723, as paróquias foram autorizadas a instalar “casas de trabalho”, que se transformavam em centros de trabalho forçado. Todas essas medidas visavam disciplinar para o trabalho fabril as já então denominadas "classes perigosas", mas criavam simultaneamente um tipo de sistema assistencialista, que impedia a livre oferta e circulação da mão-de-obra (força de trabalho). No início da Revolução Industrial inglesa, em 1782, as Leis de Gilbert fecharam as "casas de trabalho". Para evitar o retorno à servidão no campo, os homens fugiam para as cidades industriais, onde engrossavam o exército industrial de reserva. Nas cidades, por sua vez, os salários eram tão baixos, que em 1795 foi adotado o Sistema de *Speenhamland*, em reunião dos juízes de Berkshire, alarmados com o pauperismo e com a crescente onda de revoltas. Por este sistema, a paróquia deveria pagar um subsídio complementar ao salário, até o nível da subsistência. Esse sistema foi uma fonte de acumulação capitalista, pois estimulou os patrões a reduzirem os salários sem resistências sérias por parte dos operários, pois estes aceitavam trabalho por salários inferiores e competiam com o trabalho não subvencionado, além do que podiam ter mais filhos, o que fazia com que os benefícios recebidos aumentassem. Com a consolidação da grande indústria, completavam-se as condições para a total transformação capitalista do mercado de trabalho, abandonando-se os últimos resquícios de paternalismo. Em 1833, a Lei de Fábrica (*Factory Act*) permitiu o emprego de crianças nas fábricas conquanto tivessem pelo menos nove anos, fixando um horário semanal máximo para elas de 48 horas (o que legalizou, de fato, a exploração de crianças) (COGGIOLA, 2015, p. 28-29).

As leis acima citadas promoviam a fartura da mão de obra para as fábricas e indústrias inglesas, o que elevava os ganhos dos capitalistas. As leis contra a mendicância, contra a vadiagem permitiam aos capitalistas pagarem salários baixíssimos e explorarem os trabalhadores por um longo período de tempo sob a proteção e amparo legal e religiosa.

como o metodismo, religião organizada por John Wesley (1703-1791), teólogo anglicano, teve um papel destacado ao afirmar que as consequências da indisciplina poderiam ser, não apenas a demissão, mas algo muito pior, as "chamas do inferno". A salvação do homem estaria ligada aos serviços que ele prestasse a Deus, como bom cristão e, principalmente, pelo trabalho diligente (COGGIOLA, 2015, p. 17).

Para organizar a vida social há que se regulamentar a vida de todos em regras, normas. Neste sentido, torna-se necessário, em princípio, compreender o que seja a sociedade. Entende-se que o ser humano seja um dos poucos animais que precise viver em sociedade. Desta forma,

visualizá-la como sendo um organismo complexo no qual todas as células, órgãos e sistemas funcionam simultaneamente. O que uniria todas as células deste organismo seria a solidariedade relacionada a uma consciência de si mesmo e da sociedade em que vive, o coletivo. No entanto, Weber traz uma variante importante para analisar este universo, a dominação. Na dominação, entende-se que algumas pessoas, instituições ou alguns grupos da sociedade tenham ascendência sobre os outros por meio de uma força maior, um diretriz, um norte.

Nesse sentido, aqueles muros das instituições disciplinares, que delimitam os espaços entre o normal e o anormal, se tornaram arcaicos. (...) No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados. A mudança de paradigma da sociedade disciplinar para a sociedade de desempenho aponta para a continuidade de um nível. Já habita, naturalmente, o inconsciente social, o desejo de maximizar a produção (HAN, 2015, p. 23-25).

Voltando às origens do sistema capitalista, o autor Coggiola aponta que as leis inglesas contra a vadiagem e a mendicância promoviam a fatura dos braços para serem aproveitados nas indústrias e manufaturas gerando uma apropriação de lucro pelos capitalistas inclusive sobre o trabalho infantil. A pauperização instalada pelo uso deste mecanismo foi tanta que houve a necessidade de que os grupos religiosos locais precisassem aplicar medidas beneficentes. Neste momento, pode-se pensar que a dominação ocorre de três formas e que esta influência pode ser observada na elaboração, implantação de leis.

1.2 As Leis e as Leis Trabalhistas

É preciso compreender o processo histórico da criação e implantação dos direitos trabalhistas para ter a exata noção do embate das duas forças colocadas diametralmente opostas no processo produtivo, bem como dos ascensos e descensos da classe operária nesta luta. A revolução Industrial trouxe uma nova forma de produzir mercadorias com o apoio das máquinas como defende Eric Hobsbawm (1983) quando diz que:

A Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos. Durante um breve período ela coincidiu com a história de um único país, a Grã-Bretanha. Assim, toda uma economia mundial foi edificada com base na Grã-Bretanha, ou antes, em torno desse país. Houve um momento na história do mundo em que a Grã-Bretanha podia ser descrita como sua única oficina mecânica, seu único importador e exportador em grande escala, seu único transportador, seu único país imperialista e quase que seu único investidor estrangeiro; e, por esse motivo, sua única potência naval e o único país que possuía uma verdadeira política mundial. Grande parte desse monopólio devia-se simplesmente à solidão do pioneiro, soberano de tudo quanto se ocupa por causa da ausência de outros ocupantes (HOBSBAWM, 1983, p. 9).

Passou-se a produzir mercadorias padronizadas e em grande quantidade. As pessoas passaram a se tornar tanto operários quanto consumidores na medida que cresciam as necessidades dos mesmos. O dinheiro recebido pelos operários sob a forma de salário já era pequeno, fruto da extração de mais valia do seu trabalho, e ainda voltava para o dono dos meios de produção sob a forma de vendas.

Essa “radical transformação da vida humana” criou o trabalhador “livre”, possuidor apenas de sua força-de-trabalho, e obrigado a vendê-la, em troca de um salário, para garantir a sua sobrevivência e reprodução (familiar ou não). Em virtude do desemprego e do pauperismo provocados pelos cercamentos, uma massa de camponeses sem terra passou a perambular por estradas e paróquias, atemorizando os proprietários e aumentando a carga de impostos necessários para mantê-los, já que pelas leis inglesas as paróquias eram responsáveis pelo auxílio aos pobres (COGGIOLA, 2016, p. 14)

Era uma nova realidade, novos costumes, novas demandas e, por isso, caberia ao Direito a necessidade de regulamentá-las de forma a acompanhar as relações sociais que estavam em mudança numa ebulição efervescente nas ruas das cidades inglesas.

O direito do trabalho surgiu como consequência da questão social que foi precedida da Revolução Industrial do século XVIII e da reação humanista que se propôs a garantir ou preservar a dignidade do ser humano ocupado no trabalho das indústrias, que, com o desenvolvimento da ciência, deram nova fisionomia ao processo de produção de bens na Europa e em outros continentes (NASCIMENTO, 2008, p. 4).

O jurista Carlos Leite (2003) escreve sobre o direito trabalhista partindo do cerne de que o princípio da dignidade humana seja o epicentro de todo o ordenamento jurídico brasileiro e que se encontra expresso na Constituição Federal de 1988. Ainda conforme este autor, os princípios, dentro do âmbito do direito, podem ser classificados como sendo: princípios constitucionais e gerais e, dentro destes os princípios do direito do trabalho, princípios infraconstitucionais do Direito do Trabalho, princípios do poder disciplinar, princípios de proteção ao salário, princípios ligados à negociação coletiva e princípios básicos do Direito Internacional do trabalho dentre outros. O mesmo entende o direito do trabalho como um ramo do direito privado que recebe influência do Constitucional, dos direitos humanos e que objetiva equiparar, na medida do possível e praticável, a correção das desigualdades sociais e econômicas entre as forças do capital que se antagonizam com as forças do trabalho (LEITE, 2018, p. 50).

No Brasil, a proteção aos direitos trabalhistas se iniciou na década de 1930 com a promulgação de uma série de leis que, em conjunto, regulavam as relações trabalhistas denominada Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. O marco fundamental foi a Constituição de 1934 promulgada por Getúlio Vargas. Nela ficou regulamentada a participação sindical, o salário mínimo, repouso semanal, dentre outras proteções ao trabalhador. Foi a partir

deste momento que se iniciou uma evolução destas leis, não desmerecendo a luta das Ligas Operárias que desde 1870 já operavam no país buscando uma proteção maior para os trabalhadores. O Decreto de número 1.313 publicado no ano de 1891 que trazia a proibição do trabalho noturno para os menores de 15 anos. Este regulamento limitava-a a uma jornada de 7 horas (LEITE, 2018, p. 37).

Quanto a ter um político que claramente colocasse em pauta os direitos trabalhistas, a necessidade destas leis já era mencionada por Rui Barbosa nos anos de 1917 quando o mesmo era candidato à presidência e já denunciava as mais diversas manobras no Congresso para anular as propostas neste sentido, além das modificações colocadas nas leis que, na prática, atrapalhavam a vida do trabalhador (FAUSTO, 2000, p. 219-220). Desta primeira tentativa de publicizar a necessidade de uma lei que protegesse o trabalhador em face do capital até a primeira lei voltada para isto passou-se 17 anos.

A CLT completa, do modo como chegou ao século XXI, foi instruída através do Decreto-lei 5.452 do mês de maio de 1943, mas que entrou em vigor apenas em 10 de novembro de 1943. Esta constituiu-se numa sistematização de leis existentes e espalhadas, somadas com novos institutos que foram criados por uma comissão de juristas. A referida Lei, ou melhor, Decreto-lei possuía um caráter generalista e, em face disto, pode ser empregado a todos os trabalhadores, sejam eles técnicos, manuais ou intelectuais (LEITE, 2018, p. 37-38).

Entretanto, estas leis vêm sendo sistematicamente derrubadas conforme se mostrará mais adiante. O que remete ao que ensina o jurista Alison Mascaro acerca do papel do direito: “há uma relação necessária entre direito e capitalismo. O direito não é um conjunto de técnicas neutras, nem tampouco é a manifestação de ideais elevados ou pretensas dignidades humanas” (MASCARO, 2019, p. 47).

Todo direito é um golpe. É a forma do engendramento da exploração do capital e da correspondente dominação de seres humanos sobre seres humanos. Tal golpismo jurídico se faz mediante instituições estatais, sustentando-se numa ideologia jurídica que é espelho da própria ideologia capitalista. Sendo o direito sempre golpe, a legalidade é uma moldura para a reprodução do capital e para a miríade de opressões que constituem a sociabilidade. Todo o direito e toda a política se fazem a partir de graus variados de composição entre regra e exceção (MASCARO, 2018, p. 147).

A tese defendida por este jurista é a de que o Direito expressa a vontade das elites dominantes. Entende-se que a própria criação dos direitos trabalhistas que surgem na esteira dos direitos humanos é perpassada por uma série de interesses que agem conforme o contexto, fazendo com que as leis sejam criadas ou não. Porém o seu sucateamento, em tão pouco tempo, já mostra esta luta de classes que organiza a sociedade de maneira desigual como a brasileira.

Ao apontar os ascensos e descensos da luta dos trabalhadores, entende-se que a grande massa, que vende sua força de trabalho, sabe da grande desigualdade social que existe entre eles e os mais ricos. A maioria das pessoas pode não ter consciência dos mecanismos desta desigualdade, mas sente o quanto são afetados por isto no seu dia a dia. As pessoas percebem que tem acesso a uma renda muito menor do que seus pais ou avós. A percepção de que haja uma luta de classes é sentida no dia a dia, na busca por empregos com cada vez menos direitos, a falta de flexibilização dos patrões no que tange os salários e o bem estar dos trabalhadores entre outros. A CLT não é um fim em si mesma, mas uma batalha entre os interesses dos trabalhadores e os patrões numa sociedade capitalista que, na época, era norteadada pelo Estado de bem estar social.

1.3 Neoliberalismo, Ultracapitalismo ou Capitalismo Avançado

Todas as mudanças que ocorrem na sociedade derivam de uma nova forma de relacionar produção, trabalho, riqueza, alienação, financeirização, entre outros termos de modo que, nesta parte, se fará a conceituação dos mesmos.

É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar *ad hominem*, e demonstra-se *ad hominem* logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem (MARX, 2005, p. 151).

Consoante com o que diz Marx (2005), passa-se, então, a partir de agora, a analisar a causa primária de todo o processo de sucateamento do emprego nos dias atuais, que é o avanço do neoliberalismo sobre o Estado e a sociedade em busca do crescimento do capital. Para compreender todo este contexto e como se chegou a ele é preciso retomar o fio da história como elemento condutor da construção de uma teoria que antecipou as fases e os caminhos que o capitalismo viria a percorrer.

O Capitalismo, desde o seu início, vem passando por fases que são pautadas pelo contexto em torno do capital e de sua movimentação. A princípio é preciso voltar no início do capitalismo, ou melhor, antes dele, o modo de produção que existia, de forma a melhor compará-lo. O feudalismo foi um modo de produção que foi estabelecido na Europa após a queda do império romano no ano de 476 d.C. e se estendeu ao longo de dez séculos, no que se acordou chamar de idade média. Esta sociedade, criada a partir do medo das invasões bárbaras, era, essencialmente, ruralizada. As cidades existiam, mas abrigavam uma ínfima parcela da

população. As terras, pertencentes ao rei, foram divididas entre os nobres, no momento posterior à queda de Roma. De modo que a sociedade passou a ser dividida em três estamentos, a saber, o clero, a nobreza e os camponeses. Sendo a nobreza formada por guerreiros, vassallos de nobres e suseranos ligados por um voto de fidelidade por proteção. Já o clero, este era composto por pessoas ligadas à Igreja Católica, existindo o baixo clero – composto por camponeses – e o alto clero – formado por filhos da nobreza. Por fim, os camponeses, a maior parte da população BONEMY *et al.*, 2010, p. 11-12).

Tudo orbitava em torno do feudo que era uma unidade autossuficiente e unidade produtiva básica. Cada feudo era governado por um senhor feudal e a Igreja Católica impunha um teocentrismo a todos. Quanto ao exercício do trabalho, os camponeses trabalhavam na agricultura, produzindo para as outras duas classes que recebia parte da produção por meio de impostos. A agricultura era a principal, senão a única, fonte de geração de riqueza, não havendo produção em larga escala. A produtividade era de subsistência. O poder não era centralizado, coexistindo diversos senhores feudais com poderes plenos nos seus feudos. Uma metáfora bastante pertinente é a de que cada feudo seria uma casa regida pelo senhor feudal com mão de ferro, os servos que nela trabalhavam e um representante do clero para abençoar tudo (BONEMY *et al.*, 2010, p. 12).

No entanto, na baixa idade média, diversos fatores simultâneos contribuíram para o final deste sistema. Conforme já foi mencionado antes, existiam cidades, nas quais havia alguma atividade comercial ligada ao artesanato. Porém atrás de muitos eventos, uma nova sociedade vem sendo gestada. Os normandos e os hunos reduziram suas investidas na Europa. Já os árabes se encontravam com problemas internos de ordem política. Muitas inovações científicas como arado de ferro puxado por cavalos, moinho movido por água e outras levaram a uma maior produção e os camponeses passaram a se alimentar mais e melhor, tendo como consequência o aumento da população. Neste contexto, muitos camponeses foram expulsos do feudo ou saíram rumo às cidades. Alguns deles passaram a viver à margem da sociedade em bandos e vivendo de assaltos e pilhagens nas estradas. É neste cenário que o comércio se expande (FERREIRA; FERNANDES, 2005, p. 90-93). Coexistiram lado a lado os dois modos de produção na sociedade em diferentes escalas até a transformação total como ensina Gramsci (2004):

[...] nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para sua existência (GRAMSCI, 2004, p. 36).

Já a Igreja também enfrenta seus desafios. Neste período, os árabes levantavam muitos empecilhos no sentido de impedir o acesso de cristãos à cidade de Jerusalém. Destacando que esta cidade era importante para as três maiores religiões monoteístas, a saber, judaísmo, cristandade e o islamismo. O papa Urbano II, no ano de 1095, cria as cruzadas incentivando os cristãos a se dirigirem para a Cidade Santa com a finalidade de “libertá-la”. Entende-se que este seja o ponto de vista do saqueador que usava as cruzadas para auferir riquezas ao longo do caminho. Este movimento esvazia os feudos e faz com que se crie um corredor sobre o qual o comércio fervilha em feiras, hospedagens e cidades que renascem em sua grandiosidade. As grandes rotas do comércio europeu foram formadas no século XII. A Guerra dos Cem Anos entre Inglaterra e França promoveu uma grande devastação, outro evento importante foi a peste negra, uma epidemia de peste bubônica que chega ao continente europeu em torno do século XIV e que mata cerca de um terço da população à época. As condições climáticas dificultavam a produção de alimentos. Os poucos camponeses que sobraram se lançaram em uma série de revoltas dado que estavam famintos e eram obrigados a trabalhar como servos por seus senhores feudais (FERREIRA; FERNANDES, 2005, p. 90-93). "Dos servos da Idade Média advieram os burgueses extra-muros das primeiras cidades; deste estamento medieval desenvolveram-se os primeiros elementos da burguesia" (MARX; ENGELS, 1988, p. 35).

Dentro das cidades, em uma parte específica denominada burgos, cercados por muros, local onde se praticava o comércio. Dentro destes muros, formaram-se centros produtivos diversificados – os burgos, alguns inclusive autogovernados, pequenas manufaturas que funcionavam sob a proteção das corporações de ofícios ou guildas. Cada oficina tinha uma equipe na qual o mestre artesão era o proprietário e seus oficiais (assalariados). Com a necessidade de mão de obra surgiu a figura dos jornaleiros - que trabalhavam por dia, por jornada de trabalho. Isto marca uma mudança no tipo de trabalho e promove uma maior circulação de moedas (FERREIRA; FERNANDES, 2005, p. 94-95).

O primeiro banco foi criado nesta época, mais especificadamente no ano de 1406, na cidade de Gênova e se chamava o Banco di San Giorgio. A ideia do banco enquanto uma instituição que regrava empréstimos, troca de moedas, lançavam dinheiro já existia há mais tempo. Ao longo do século XV, a cidade de Florença possuía mais de 80 bancos que emprestavam dinheiro a reis, nobres, papas e até mesmo imperadores, consolidando a burguesia como uma classe em ascensão (NUBANK, 2020 *apud* FERNANDEZ; FERNANDEZ; NAGAMINI, 2020, p. 165). Reis e outros nobres ficaram dependentes da burguesia por meio dos empréstimos bancários.

A aristocracia feudal não é a única classe derrubada pela burguesia cujas condições de vida definharam e pereceram na moderna sociedade burguesa. O estamento medieval dos burgueses extramuros e o estamento dos pequenos camponeses foram os precursores da moderna burguesia. Nos países industrial e comercialmente menos desenvolvidos, essa classe ainda continua a vegetar ao lado da burguesia ascendente (MARX, ENGELS, 2005, p. 97).

A criação dos bancos, a expansão do uso de moedas, as grandes navegações marcaram o início da chamada globalização e em conjunto com outros fatores marcaram definitivamente o final da idade média. Convencionou-se apontar que foram quatro os movimentos considerados características fundamentais que inauguraram a modernidade e que são fatos medievais, a saber, o Protestantismo, o Renascimento, os grandes Descobrimientos, a volta da Centralização do poder nas mãos do rei. A modernidade chegou removendo o caráter de suserano do rei e substituindo-o para um caráter de soberano, trazendo um poder único, absoluto, superando o caráter feudal, contratual, desestabilizando a sociedade na medida que transferia para o Estado a responsabilidade com a finalidade de reestabelecer a ordem social. Quanto ao caráter estamental presente na sociedade feudal, este prolongava-se na sociedade moderna. A diferença entre ambos contextos era que o dito Terceiro Estado possuía, agora, um maior peso relativo (SANTOS; ÁLVARO, 2012, p. 135-136).

As colisões no interior da velha sociedade promovem em geral, de múltiplos modos, o processo de desenvolvimento do proletariado. A burguesia encontra-se em luta contínua: no início, contra a aristocracia; mais tarde, contra as frações da própria burguesia cujos interesses entraram em contradição com o progresso da indústria; e sempre, contra a burguesia de todos os países estrangeiros. Em todas essas lutas, ela se vê obrigada a apelar ao proletariado, a reivindicar a sua ajuda e, assim, a engolfá-lo no movimento político. Ela mesma, portanto, leva ao proletariado os seus próprios elementos de formação, isto é, armas contra si mesma (MARX; ENGELS, 2005, p. 98).

O caráter feudal inibia o crescimento da burguesia enquanto classe com poder e influência política. Neste novo cenário, a mesma encontrou elementos fundamentais para conseguir tal intento. De modo que o capitalismo comercial nascente:

representava apenas uma intensificação das atividades mercantis medievais, ampliadas no espaço (América, África), na diversidade de bens (produtos tropicais, escravos negros) e na parcela da população. (...) o mercantilismo, ainda que incompleto, é produto do século XIV. Assim, compensava-se em parte o bloqueio que a sociedade estamental (aristocrática, suntuária, pouco produtiva) representava ao pleno desenvolvimento das atividades econômicas. Para poder desempenhar esse papel, a monarquia aproximava-se da burguesia, mas taxando-a e redistribuindo parte dessas riquezas à nobreza decadente: como fiel da balança, a realeza matinha o equilíbrio entre os estamentos (SANTOS; ÁLVARO, 2012, p. 137).

O mercantilismo constituiu-se na primeira fase do capitalismo e deixou alguns bases importantes ou postulados, como por exemplo o metalismo – o ouro e a prata como lastro para a riqueza, o enaltecimento do nacionalismo, a promoção do monopólio interno, a estimulação

da concentração de rendas em uma parcela da população em detrimento do empobrecimento do restante da população. A ideia é que esta grande parcela da população sem recursos poderia vir a oferecer uma farta mão de obra a baixo custo (BOITO, 2006, p. 69). Este foi um dos fatores preponderantes que deram à Inglaterra o pioneirismo na Revolução Industrial. A política de cercanias no campo promoveu um intenso êxodo rural seguido por inchaço urbano. A ideia principal era remover o homem do campo, limitando suas atividades dado que não haveria mais tanto espaço nas cidades. Isto forneceu mão de obra farta e barata já que as pessoas precisavam vender sua força de trabalho. Como consequência das descobertas das colônias, a burguesia acumulou capital e ampliou sua influência política e usou-o na industrialização, na compra de máquinas e equipamentos. Esta novidade, por sua vez, veio na esteira das descobertas de James Watt do vapor usado como fonte de energia. A Inglaterra contava com minas de carvão mineral de excelente qualidade e minas de ferro – matéria prima usada na construção destas máquinas (FERREIRA; FERNANDES, 2005, p. 255-257).

A Revolução Industrial trouxe modificações que ultrapassaram o simples rearranjo do espaço laboral usando máquinas e equipamentos. Com o passar do tempo, os capitalistas começaram a perceber muitas possibilidades nesta nova forma de fazer as mercadorias. Neste sentido, foram colocadas alterações na organização do trabalho com a finalidade de aumentar a produção, foi a divisão do trabalho. Diferente do que acontecia nas oficinas onde o mestre conhecia todo o processo produtivo e ensinava seus aprendizes, o trabalhador, agora, conhecia tão somente a operação que lhe fosse designada. Ao invés de produzir integralmente o artigo, a ideia agora era dividir esta produção em etapas, e cada trabalhador conheceria apenas a sua parte. A somatória de todas as operações parciais originava o produto acabado (AZEVEDO; SERÍACOPE, 2007, p. 240-241). “Dentre as conquistas da Revolução Industrial do século XVIII, a utilização das forças motrizes distintas da força muscular do homem e dos animais foi um dos acontecimentos de maior destaque, porque permitiu a evolução do maquinismo” (NASCIMENTO, 2009, p. 10). Os trabalhadores passaram a se especializar em apenas uma parte do processo produtivo. O economista Adam Smith (1996) trouxe um exemplo ilustrativo da divisão do trabalho na fabricação de alfinetes, de modo que se trabalhasse desta forma:

dez pessoas conseguiram produzir entre eles mais do que 48 mil alfinetes por dia. Assim, pode-se considerar que cada uma produzia 4.800 alfinetes diariamente. Se, porém, tivessem trabalhado independentemente um do outro, sem que nenhum tivesse sido treinado para este ramo de atividade, certamente cada um deles não teria conseguido fabricar vinte alfinetes por dia, e talvez nem mesmo um (SMITH, 1996, p. 65-66).

Nesta etapa já começa o descolamento entre o trabalhador que produz e o produto de seu trabalho, situação, esta que se aprofundou ainda mais com o método do Taylorismo criado por Frederick Taylor. Este método trazia, como principal consequência, um alinhamento da fragmentação do trabalho, já observada anteriormente, com a fragmentação do saber. Agora, além de fazer apenas a operação que lhe foi designada, o trabalhador também perde a noção do processo total, do conjunto das operações. Cria-se o trabalho baseado na repetição de movimentos, nas operações mecanizadas.

Além disso, ao executar a rotina do trabalho alienado, o trabalhador submete-se a um sistema que, em grande parte, não lhe permite desfrutar financeiramente dos benefícios de sua própria atividade, pois sua meta é produzir para satisfazer as necessidades do mercado e não propriamente do trabalhador (COTRIM; FERNANDES, 2013, p. 180).

Este processo de alienação provoca desprazer, seja pelo embrutecimento do operário, do desprazer, frutos da exploração do mesmo. No seu primeiro manuscrito XXVIII, encontram-se as palavras do filósofo:

Primeiramente, o trabalho alienado se apresenta como algo externo ao trabalhador, algo que não faz parte de sua personalidade. Assim, o trabalhador não se realiza em seu trabalho, mas nega-se a si mesmo. Permanece no local de trabalho com uma sensação de sofrimento em vez de bem-estar, com um sentimento de bloqueio de suas energias físicas e mentais que provoca cansaço físico e depressão. Nessa situação, o trabalhador só se sente feliz em seus dias de folga, enquanto no trabalho permanece aborrecido. Seu trabalho não é voluntário, mas imposto e forçado.

O caráter alienado desse trabalho é facilmente atestado pelo fato de ser evitado como uma praga; só é realizado à base da imposição. Afinal, o trabalho alienado é um trabalho de sacrifício, de mortificação. É um trabalho que não pertence ao trabalhador, mas sim à outra pessoa que dirige a produção (MARX, 2008, p. 82-83).

Tudo isto promoveu um grande progresso, as pessoas passaram a ter acesso às mercadorias. De modo que as alienações são muitas e não apenas uma, porém todas com a mesma finalidade, como apontam os autores Lessa e Tonet (2008).

São muito numerosas as alienações provocadas pelo capitalismo. A essência de todas elas (alienações) estão na redução dos homens a mera mercadoria (força de trabalho). As necessidades humanas são subordinadas às da acumulação capitalista, o que significa dizer que os homens são tratados como mercadorias, isto é, como coisas, e não como seres humanos (...) (LESSA; TONET, 2008, p. 103).

A alienação na produção transforma o trabalho em mercadoria, mas não apenas isto, o operário também se transforma em mercadoria. Tudo passa a obedecer à lógica do mercado, razão única que rege as relações num sistema capitalista. O operário se mistura com esta lógica e ocorre o que Marx denomina de Fetichismo da mercadoria e a reificação do trabalhador. O fetichismo é o fenômeno pelo qual a mercadoria – que é um ser inanimado – se transforma em algo superior ao seu valor de uso e passa a determinar as relações humanas. O oposto da

fetichização é a reificação (do latim *res*, coisa) ou a objetificação quando um ser humano animado se torna inanimado, uma coisa na medida que perde sua humanidade (ARANHA; MARTINS, 2009, p. 70).

A mercadoria não está sob nosso comando, mas ela nos comanda por conta de seu caráter de fetiche: podemos ter dinheiro para levar uma calça comprada na loja, mas ela, antes disso, nos dará ordens, irá nos fazer nos adaptarmos a ela. Iremos a uma academia ou mesmo nos cortaremos com algum médico para cabermos na calça. O morto comanda o vivo ou, melhor, a mercadoria é agora o vivo e nós, definitivamente, os mortos. Como ainda andamos, então a melhor imagem para nós é a de zumbis (GHIRALDELLI JR. 2021, p. 1).

É o caso da calça Jeans tamanho 35 que olha para a mulher e fala: “sua gorda, você não é digna de mim, precisa emagrecer primeiro para depois me comprar”. Também Pachukanis (2017) aponta para esta relação dúbia entre pessoas e mercadorias quando defende que:

A sociedade capitalista é antes de tudo uma sociedade de proprietários de mercadorias. Isso significa que as relações sociais entre as pessoas no processo de produção adquirem aqui a forma reificada dos produtos do trabalho, que se relacionam uns com os outros pelo valor (PACHUKANIS, 2017, p. 119).

O que leva Fromm (1947) a questionar:

Como o homem moderno se sente ao mesmo tempo como vendedor e a mercadoria a ser vendida no mercado, sua autoestima depende de condições que escapam ao seu controle. Se ele tiver sucesso, será valioso; se não, imprestável. O seu grau de insegurança daí resultante dificilmente poderá ser exagerado. O grau de insegurança daí resultante dificilmente poderá ser exagerado. Se a pessoa acha que seu próprio valor não é constituído primordialmente por suas qualidades humanas, e sim pelo seu sucesso em um mercado competitivo com condições em constante modificação, sua autoestima provavelmente será pouco sólida e precisará constantemente de ser confirmada pelas outras pessoas. Por isso, a pessoa é compelida a lutar incessantemente pelo sucesso, e qualquer retrocesso é uma grave ameaça à sua estima própria: o resultado disso são sentimentos de incapacidade, insegurança e inferioridade (FROMM, [1947] 1960, p. 69).

Parte da resposta ao questionamento de Fromm passa pelo entendimento do neoliberalismo e do impacto dele nas pessoas como defendem Castro e Nunes (2014):

O novo sujeito consumidor do capitalismo neoliberal (inteiramente fascinado pelo fetichismo do consumo) se distrai enquanto seus direitos mais fundamentais seguem sendo paulatinamente retirados. A distorção da representação da consciência do indivíduo fica evidenciada tanto no momento em que ele compra bens de consumo imediato aos quais antes não tinha acesso, quanto no momento em que ele consegue, ainda que minimamente, acessar bens de melhor qualidade. No decorrer deste processo, a retirada dos elementos de cidadania (CASTRO; NUNES, 2014, p. 132).

Compreende-se que a alienação esteja não apenas na produção, mas também no consumo. O trabalhador, dentro desta perspectiva, é quem mais perde, já que produz para outro, não é mais dono do que produziu e nem sabe o que produziu. Resta-lhe uma dura rotina e poucos benefícios; muito embora pense que isto tudo é resultado de um contrato. Isto leva Karl Marx

a negar que o capitalismo traga igualdade entre os homens ou algo bem próximo disto, dado que o trabalhador perde muito mais do que ganha (ARANHA; MARTINS, 2009, p. 70).

Porém a exploração do trabalhador pelo capitalista tornou-se explícita nas extensas jornadas de trabalho, salários baixos, o trabalho de mulheres e crianças as quais eram pagos salários mais baixos, o espaço da manufatura era escuro, constituíam-se estas em péssimas instalações.

Mas o trabalhador que trata um serviço não trabalha apenas seis horas por dia. Isso seria apenas o tempo necessário para manter-se. Pelo contrário, ele concorda em trabalhar oito horas ou, na época de Marx, 10 ou 11 horas por dia. Desse modo, produzirá 10 ou 11 horas e receberá o equivalente a 6 horas. Seu salário cobrirá sua subsistência, que é seu verdadeiro “valor”, mas ele por sua vez estará vedando o valor que produz num dia de trabalho integral. É assim que surge o lucro no sistema. Marx chama esse trabalho que não é pago de mais-valia (HEILBRONER, 1972, p. 425).

Este é o conceito de mais valia, ou seja, o algo a mais que o capitalista se apropria em cima do trabalho do proletário sob a forma de valorização. Pode ser chamado de trabalho não pago, tempo de trabalho não especificado no salário. Sendo a extração de mais valia a forma com que os capitalistas possuem de se apropriar do trabalho do homem. O economista Dowbor (2018) aponta que são três formas, a primeira é o aumento da produtividade sem o proporcional aumento do salário. A redução dos salários ou dos benefícios a ele condicionada também se enquadra nesta forma, assim como a inflação. A segunda forma é mitigar o acesso dos trabalhadores ao chamado salário indireto por meio do Estado. O acesso à boas escolas e saúde públicas por exemplo constituem-se em salários indiretos. Os capitalistas conseguem isto por meio do direcionamento do dinheiro dos impostos para o pagamento da dívida pública, congelamento e/ou engessamento do Estado de modo a conter a implantação do Estado de bem estar social. A terceira forma é a restrição imposta aos trabalhadores quanto a obtenção de bens e serviços através da elevação dos juros bancários. O que passa, obrigatoriamente, pelo Estado (DOWBOR, 2018, p.183). O que leva um trabalhador a suportar toda esta situação sem se revoltar? Para compreender as causas que levam os trabalhadores a aceitarem tal situação e, até mesmo acatarem e concordarem com tudo isto, é preciso entender que o trabalhador se encontra submerso numa estrutura muito maior que o envolve em todas as dimensões de sua vida. Trata-se de uma construção coletiva.

A totalidade das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1982, p.121-122).

Esta superestrutura abarca todas as outras e cria uma falsa sensação de que tudo funciona perfeitamente. Mesmo o Direito, que é considerado como um instrumento de promoção da equidade e equilíbrio, também é uma instituição voltada para a manutenção do sistema capitalista e da propriedade privada.

A atual investida repressora do direito está no mesmo nível, em termos quantitativos, na sociedade brasileira e na mundial. O direito não tem corpo intelectual, valorativo e material suficiente para servir de contraposto às vagas ideológicas gestadas na dinâmica social geral. A criminalização dos movimentos populares e dos movimentos que lutam pela ruptura ou pela superação do capitalismo é um mecanismo que encontra no direito seu lócus eminente, mas não sua força motriz. A mídia cria a caça para o direito se reconhecer como caçador. Remanesce, ao cabo de tudo isso, a própria dominação do capital. As mesmas linhas de força do capital alimentam e direcionam tanto o direito quanto os meios de comunicação de massa, sendo que estes ainda se implicam de forma recíproca. O direito não se concebe fora do quadro geral de valores da sociedade, o que é dado imediatamente pela mídia e mediadamente pelo capital. O horizonte do mundo jurídico prático não é diverso do movimento geral de conservadorismo ou reacionarismo do capital nem pretende sê-lo (MASCARO, 2009, p. 160).

A ideologia – que é um termo criado por Destutt de Tracy para conceituar o que seria uma ciência de ideias, conhecer como as ideias se formavam cientificamente. O autor Eagleton (1997) aponta que:

Um poder dominante legitima-se promovendo crenças e valores compatíveis com ele; naturalizando e universalizando tais crenças e valores de modo a torna-las óbvias e aparentemente inevitáveis; denegrindo ideias que possam desafiar-lo; excluindo formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mais sistemática; e obscurecendo a realidade social de modo a favorece-lo (EAGLETON, 1997, p. 19).

Mas, no entanto, foi com Marx e Engels que este conceito ganhou contornos no senso comum quando estes autores advertiram sobre o conhecimento ilusório usado para camuflar os verdadeiros conflitos, os sociais. Eles ensinavam que a ideologia serviria de instrumento para a dominação dos capitalistas sobre o proletariado (ARANHA; MARTINS, 2008, p. 120). Também Marilena Chauí (2018) ensina que:

A ideologia afirma que somos todos cidadãos e, portanto, temos todos os mesmos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. No entanto, sabemos que isso não acontece de fato: as crianças de rua não têm direitos; os idosos não têm direitos; os direitos culturais das crianças nas escolas públicas são inferiores aos das crianças que estão em escolas particulares, pois o ensino não é de mesma qualidade em ambas; os negros e índios são discriminados como inferiores; homossexuais são perseguidos como pervertidos, etc. (CHAUÍ, 2018, p. 218).

É preciso conhecer a sociedade em que se vive para a partir daí poder se posicionar criticamente e transformá-la. A ideologia é o instrumento de controle para que a classe proletária não se revolte e sua função principal é a de dissimular as divisões sociais e políticas

existentes numa sociedade e reais, dando-lhes a aparência sutil de diferenças que existem naturalmente entre os seres humanos, dado que estes sejam diferentes.

A mudança da base econômica de uma sociedade é acompanhada de uma transformação mais ou menos rápida em todo este enorme edifício social. Quando se considera essas transformações, é preciso sempre distinguir duas ordens de coisas. Há a transformação material das condições de produção econômica. Pode-se constatar-la conforme o espírito rigoroso das ciências naturais. Mas há também as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, em suma as formas ideológicas, pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim (MARX, 1965, p. 273).

Não se trata de ideias, mas de “formas ideológicas” e sob este aspecto ideologia passa a conceituar não somente a figuração irreal das relações de exploração econômica, mas também uma “sorte de autoconsciência de classe, consciência essa capaz de aglutinar interesses, definir padrões de comportamento coletivo e de funcionar como um princípio gerador da congruência social” (CODATO, 2016, p. 317). De forma que se trata da criação de uma consciência coletiva que leva as pessoas a se enxergarem de maneira diferente no que tange sua classe social e o seu lugar no mundo. Esta forma de ver e entender a realidade pode ser falsa ou verdadeira quando confrontada com a realidade objetiva, apesar da sua forma de arranjar e rearranjar as ideias possa tangenciar a realidade objetiva algumas vezes e, em outras, não fundamentando as relações sociais (CODATO, 2016, p. 324).

“Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais” (MARX, 1977, p. 23).

O gosto médio de um magistrado se encontra com o de um médico, um dentista, um engenheiro. Sua constituição subjetiva e mesmo sua articulação social passam a ser não mais a de um grupo estamental, como o foram o velho mundo jurídico ou o clero, mas a de uma classe econômica, partilhando do modelo de vida, dos padrões valorativos e das estratégias de sociabilidade da classe média alta (MASCARO, 2009, p. 57).

Percebe-se que as pessoas que se acham de um determinado segmento da sociedade buscam se relacionar com os seus iguais e possuem o entendimento de que o mundo é assim, alguns vão ter acesso a bens de consumo, mas no mundo existem bilhões de pessoas. De forma que nem todos poderão usufruir dos bens e serviços, eis aí o conceito de meritocracia. Tudo isto é sustentado pelo amplo uso do aparato das mídias, por exemplo. Lê-se em Mascaro (2018) esta distorção sistemática da realidade com vistas a encobrir a luta de classes bem como também o uso da justiça pra criminalizar os grupos isolados que busquem ir além do que a ideologia em vigor permite ir com o apoio das mídias.

Nesse quadro de constantes mudanças nos influxos da ideologia, é preciso entender que a atual escalada de conservadorismo, reacionarismo e repressão dos agentes do estado e do direito não é distinta da que ocorre na sociedade. É essencialmente parelha, porque dentro da mesma estrutura de implicações recíprocas. Os mecanismos pelos quais os meios de comunicação de massa constituem, bombardeiam, estabelecem e interditam o conhecimento e a interpretação dos indivíduos encontra eco imediato no afazer do direito, que passa a ser caudatário desse mesmo processo, retroalimentando-o. Só se sabe que tal perspectiva de mundo, tal pessoa ou tal ato é odioso por que a televisão, a revista, o jornal, o rádio e a rede social assim o propagam. O jurista, então, não é o operador primeiro da avaliação ideológica. É mais um receptáculo perpassado por um maquinário de constituição de avaliações que se impõem como inexoráveis socialmente. O horizonte geral do agir jurídico é pautado pela mídia. Peculiarmente, acaba por dar à própria mídia a verdade que está gestou, agora com chancela pela decisão do direito (MASCARO, 2018, p. 160).

Romper com este véu que encobre a realidade e impede a conscientização e a posterior transformação desta realidade. Todas as estruturas são usadas para implantar as ideias certas na cabeça das massas, os meios de comunicação se colocam no topo destas estruturas. De modo que filmes, novelas, os jornais, tudo está envolto num campo de ideias apropriadas e necessárias. As ideias, por mais que pareçam, a um primeiro olhar, diferentes todas se encaixam perfeitamente dentro de uma superestrutura bem maior. Esta superestrutura possui algumas características que são apontadas nas palavras de Aranha e Martins:

Constitui-se um corpo sistemático de representações que nos ensinam a pensar e de normas que nos ensinam a agir;

Determina a relação entre os indivíduos e as condições de existência deles, adaptando-os às tarefas prefixadas pela sociedade;

Camufla as diferenças de classe e os conflitos sociais, ora concebendo a sociedade como uma e harmônica, ora justificando as diferenças existentes;

Garante a coesão social e a aceitação sem críticas das tarefas mais penosas e pouco recompensadoras, em nome da vontade de Deus, do dever moral ou simplesmente como decorrência da ordem natural das coisas;

Mantém a dominação de uma classe sobre a outra (ARANHA; MARTINS, 2009, p. 121).

Subentende-se como características da ideologia a naturalização, a universalização, a abstração e aparecer social, a lacuna – existente entre universalização e a abstração - e a inversão. O conceito de ideologia, que Marx trouxe, propõe elementos para alavancar a mudança e, neste sentido, foi bastante assertivo. Consoante com este entendimento, Mascaro (2018, p. 316) esclarece que “a sociologia, para o pensamento de Marx (...) é a própria compreensão da sociedade para transformá-la”.

Após a definição de termos chave e retomando o fio condutor da história, observa-se que já neste momento do capitalismo existia a preocupação com a formação de mercados consumidores, dado que a produção de mercadorias se expandiu muito. Dentro desta perspectiva, o chão de fábrica, agora sob a método Taylorista, segue com a exploração do

trabalhador e a busca por neocolônias. A diferença destas para as colônias era que as segundas serviam única e exclusivamente para a extração de matéria prima, ao passo que para as primeiras era permitido algum tipo de desenvolvimento que assegurasse a possibilidade desta comprar produtos manufaturados da metrópole e vender para esta a matéria prima em contrato de exclusividade. A busca por neocolônias, além de outras causas, motivou a Primeira Guerra Mundial (AZEVEDO; SERÍACOPE, 2007, p. 376-377).

A Revolução Russa buscou propor um novo modo de produzir riquezas para se contrapor ao capitalismo e iniciou uma polarização entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS - e os Estados Unidos da América – EUA – cada um representando um sistema diferente do outro. Um fato que mereceu atenção foi a grave crise econômica de 1929, a queda da bolsa de Nova York seguida da grande depressão. Esta foi uma crise econômica, de âmbito mundial, dado que se espalhou por muitos países com os quais os americanos faziam negócios. A renda do americano médio caiu pela metade e o presidente Franklin Roosevelt propôs um plano conhecido como *New Deal* (novo acordo) no qual a máquina estatal foi usada para criar um denominado Estado de Bem Estar Social ou *Walfere State* (FERREIRA; FERNANDES, 2005, p. 426-427). Nos ensinamentos de Bresser Pereira (2021):

É a fase em que os Estados Unidos são o poder hegemônico, e o capitalismo deixa de ser liberal para ser desenvolvimentista ou keynesiano – passa a implicar uma intervenção moderada do Estado na economia. E passa também a ser social-democrático, porque nessa fase temos a construção do Estado do bem-estar social, principalmente na Europa. Foi, finalmente, a fase na qual o capitalismo viveu seu grande momento – os Anos Dourados do Capitalismo – um período de forte crescimento, estabilidade financeira e diminuição das desigualdades (BRESEER PERREIRA, 2021, p. 3).

Este período se inseriu dentro de um contexto de guerra fria na qual ocorreu uma intensa rivalidade entre os EUA e a URSS. Nesta oportunidade, ambos buscavam mostrar ao resto do mundo que o seu modo de produção era melhor do que o outro. De tal forma que a bipolarização se instalou no mundo, com países se alinhando entre uma e outra alternativa. A tecnologia foi uma das formas de propaganda, principalmente a aeroespacial. A corrida espacial levou o ser humano ao espaço e à conquista da lua. Já a corrida nuclear provocou (e ainda provoca) medo no restante da humanidade.

O ponto central aqui é que a intensificação do *Walfere State* segue na esteira da rivalidade entre o capitalismo e o socialismo. Este modelo do estado gestor foi instituído em parte diante da promoção de um salário indireto aos trabalhadores para que estes não ficassem tentados a ver o que acontecia do outro lado do planeta.

O Estado de Bem-Estar (...) Economicamente, se afastou das ortodoxias do puro nexo de mercado e exigiu a extensão da renda e da segurança do emprego como um direito da cidadania. Moralmente, estava destinado a defender as ideias da justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o Estado de Bem Estar fez parte de um projeto de construção nacional, afirmando a democracia liberal contra o fascismo e o bolchevismo (ESPING-ANDERSEN, 1994, *apud* LESSA, 2013, p. 12).

O economista Ladislau Dowbor (2018) expressa esta situação em situação real comparando os EUA, Canadá e Suécia quanto ao valor de seus salários. Compreende-se que apesar dos valores quantitativos dos salários americanos serem maiores, os outros trabalhadores, por meio do salário indireto, possuem um ganho maior.

Na Suécia ou no Canadá os salários podem ser mais baixos do que nos EUA, mas o salário indireto sob forma de educação, saúde, infraestruturas públicas de lazer e outros, com acesso universal gratuito, mais do que compensa a diferença, porque a educação privatizada, por exemplo, drena os salários dos trabalhadores. Os planos privados de saúde igualmente (DOWBOR, 2018, p. 302).

De forma geral, pode-se compreender o Estado de Bem Estar Social pode ser compreendido conforme três posições. A primeira entende-o como sendo calcado numa ideia de proteção social no âmbito individual. A segunda baseia-se na concepção de políticas sociais. Já a terceira posição abarca uma visão mais crítica que entende haver diferenças entre as políticas que foram implantadas antes da Segunda Guerra Mundial e as que se seguiram por meio do Plano Beveridge. Para esta posição, houve uma ruptura qualitativa entre o que se convencional tratar de políticas públicas antes e depois (FIORI, 1995, p. 131-132). O Estado de bem estar social acompanhava um processo de industrialização constante e intenso. À primeira vista, este Estado é benéfico somente para as pessoas. Mas é preciso ter um olhar mais apurado e aproximar a lupa. Lembrando que no Taylorismo começou a trazer um aumento potencializado da produtividade, o que levanta o seguinte questionamento: quem vai comprar toda esta produção? A resposta está no próprio chão de fábrica, são os trabalhadores. Na medida que o Estado promove políticas públicas que atuam como sendo um salário indireto, o salário real do trabalhador tem uma folga e, consoante com os valores estabelecidos numa sociedade de desejos, que hipervaloriza o consumismo através das propagandas, é levado a comprar.

O Estado de Bem-Estar, ao fim e ao cabo, não passa de uma falsa categoria para explicar um fato criado pela própria teoria. Afirma-se a existência do Estado de Bem-Estar (um Estado “ampliado” que teria rompido com um pretense Estado “restrito” do passado, que democratizaria a sociedade, distribuiria riqueza e desmercadorizaria a vida cotidiana) para, depois, enfrentar-se o problema do que viria a ser, ao final das contas, este mesmo Estado de Bem-Estar. Como a “lógica” das transformações da relação do Estado com a economia está nesta, e não naquele; como a “autonomia relativa” do Estado para com a sua base material apenas existe no interior da determinação predominante da economia sobre o complexo estatal, buscar no Estado de Bem-Estar sua própria lógica não pode senão conduzir – como tem conduzido – a teorias que substituem a história por variadas “formas de loucura” (LESSA, 2013, p. 184).

Muito apropriadamente, os autores Previtalli, França e Fagiane (2012, p. 19) destacam que: “o Estado de Bem-Estar Social surge num determinado momento histórico e pressupõe a utilização do poder político para imposição, através do Estado, das medidas necessárias à acumulação e expansão do capital então ameaçadas”. As duas grandes potências econômicas – os EUA e a Inglaterra – que vivenciaram os assim chamados Anos Dourados. Este período específico ocorreu entre 1948 e se estendeu até 1977. Esta era foi marcada pela regulamentação dos mercados financeiros, pela estabilidade financeira, altas taxas de crescimento econômico, mitigação da desigualdade social. Neste período, observou-se o oposto do que veio a ocorrer depois na era do capitalismo financeirizado ou norteado pelo setor financeiro. Este modo caracteriza-se por ser instável. Os EUA e a Inglaterra também saíram desta situação inaugurando uma nova fase do capitalismo que se aproveitou do endividamento do Estado ao manter políticas públicas para manter o Estado de Bem Estar Social, da perda sistemática de influência da Rússia no âmbito global, a crise do petróleo, experiência de estagflação americana entre outros eventos levou o sistema de Bretton Woods ao colapso gerando a financeirização e uma assim chamada revolução neoliberal ou neoconservadora (BRESSER PEREIRA, 2010, p. 1). “Tanto o capitalismo como o comunismo em suas formas puras tinham falhado, alegaram eles. O único caminho que restara era chegar a uma correta combinação de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade” (DAHL; LINDBLOM, 1953 *apud* HARVEY, 2005, p. 11).

Também Harvey (2005, p. 11) aponta que o cenário internacional no pós-guerra se estabilizou de modo a promover a fluidez do capital sem restrições sob o olhar atento de algumas instituições como a ONU – Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial, o FMI – Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Compensações – BIS, que buscavam estabilizar as relações internacionais. Neste cenário, o comércio de bens e serviços foi incentivado em todo o mundo:

sob um sistema de câmbio fixo escorado na convertibilidade do dólar norte-americano em ouro a um preço fixo. O câmbio fixo era incompatível com os livres fluxos de capital que tinham de ser controlados, mas os Estados Unidos tinham de permitir o livre fluxo do dólar para além de suas fronteiras para que o dólar funcionasse como a moeda de reserva global. Esse sistema existiu sob a ampla proteção do poder militar norte-americano. Somente a União Soviética e a Guerra Fria impunham limites ao seu alcance global (HARVEY, 2005, p. 11).

O autor Perry Anderson (1995) aponta que o neoliberalismo nasce depois da Segunda Guerra Mundial como um contraponto teórico, de cunho político, em face do Estado intervencionista que promovia o bem estar coletivo, limitando a liberdade econômica. O neoliberalismo, nestes chamados anos de ouro do capitalismo, sobreviveu na esfera acadêmica

sob a tutela de intelectuais como Hayek, Milton Friedman e Karl Popper que criticavam, de maneira veemente o keynesianismo e a solidariedade, para criar uma nova forma de capitalismo a se implantar no futuro que seria livre de regramentos, mais duro, sem o igualitarismo que mitigava a liberdade de empreender de cada um. Uma ideia de igualdade que não poderia se sustentar em face da livre concorrência, uma vez que o Estado de Bem Estar social usava a prosperidade de todos para pautar esta falsa igualdade, nascendo esta pela diferenciação entre os cidadãos (ANDERSON, 1995, citado por PAULANI, 2007, p. 119-120).

O que levou a Primeira-Ministra Britânica Margareth Thatcher, cuja alcunha era Dama de ferro para mostrar a forma como governava, a dizer: “ *no such thing as society [...] There are individual* “ que, numa tradução literal, diz: “não existe essa coisa de sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos.” (THATCHER, 1993, p. 626).

Esta perspectiva da saliência do indivíduo sobre o Estado como enfrentamento contra o *Welfare State* que privilegiava a sociedade em detrimento do indivíduo.

Ao longo do tempo em que foram sendo implantadas as medidas neoliberais, os indivíduos foram ficando cada vez mais atomizados já que os sindicatos perderam o poder de juntar a classe operária e de representa-la. A ideologia do neoliberalismo prega uma individualização do indivíduo em face da sociedade. Trata-se do empresário de si mesmo, da pessoa que trabalha exaustivamente com a ideia de que, agora, é empresário. Situação apontada por Byung Chu Han (2015).

A sociedade disciplinar de Foucault, feita de hospitais, asilos, presídios, quartéis e fábricas, não é mais a sociedade de hoje. Em seu lugar, há muito tempo, entrou uma outra sociedade, a saber, uma sociedade de academias de fitness, prédios de escritórios, bancos, aeroportos, shopping centers e laboratórios de genética. A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais “sujeitos da obediência”, mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos (HAN, 2015, p. 23-25).

O neoliberalismo chega com toda uma carga de ideologia para sustentar esta nova forma de ver e viver no mundo. Para Castro e Nunes (2014):

O modelo clássico do cidadão-consumidor do Estado de bem-estar social, com toda a estrutura que garantia um mínimo de segurança individual e coletiva, é agora substituído pelo simples consumidor atomizado e quase inteiramente desprovido daquelas estruturas de segurança social. De sociedade de consumo que pretendeu a incorporação maciça das classes trabalhadoras (e também consumidoras), usufruindo dos benefícios da produção, passamos a uma sociedade de consumidores, que se distraem ao terem acesso aos bens de consumo atualmente produzidos (ainda que de baixa qualidade e só por meio do crédito), enquanto lhes são subtraídos os antigos elementos de seguridade social (CASTRO; NUNES, 2014, p. 132).

De forma que Bresser Pereira (2010, p. 1) defende que “o neoliberalismo, por sua vez, não deve ser compreendido apenas como um liberalismo econômico radical, mas também como uma ideologia hostil aos pobres, aos trabalhadores e ao Estado de bem-estar social”. Foi esta mudança que levou à atomização dos trabalhadores, agora transformados em consumidores e empresários da sua força de trabalho.

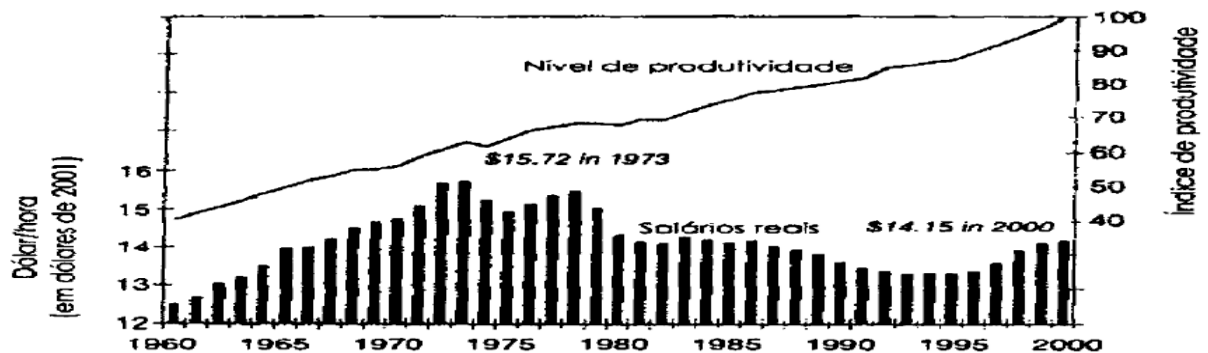
O marco fundamental para esta mudança foi o fim do lastro em ouro. Em meio a uma grave crise internacional do petróleo, o então presidente americano, propõe o fim do lastro em ouro para as negociações com a equiparação do dólar americano. Neste momento a maior parte dos países já usava o dólar como referência em suas economias dada a sua confiabilidade.

Em 1970, a “aliança afluyente” dos anos do pós-guerra começava a fazer água e crescia a pressão sobre os lucros das grandes empresas. Reconhecendo que os Estados Unidos não podiam mais desempenhar o papel de “banqueiro internacional” que fora tão benéfico para as multinacionais baseadas em território norte-americano, Richard Nixon desmantelou a ordem econômica internacional (o sistema de *Bretton Woods*), suspendendo a convertibilidade do dólar em ouro, impondo controles sobre os salários, sobretaxas de importação e medidas fiscais para colocar o poder do Estado, ainda mais do que antes, a serviço da prosperidade dos ricos. Desde então, esta tem sido a política dirigente, acelerada durante os anos de Reagan e mantida pelos “Novos Democratas”. Intensificou-se a incessante guerra de classes livrada por setores empresariais corporativos, da escala global (CHOMSKY, 1999, p. 62).

Estes movimentos realizados pelo Nixon, aliados com uma série de outros fatores, construíram o espaço perfeito para o crescimento do assim chamado capital financeiro que, agora, corria desregulado, desregrado e isto gerou um impacto tão profundo na prática do comércio e do investimento estipulado para longo prazo, além do surgimento da especulação financeira. Esta nova fase do capitalismo exigia dos Estados a manutenção da credibilidade dos seus mercados. Os papéis das dívidas públicas são negociados na bolsa e, mediante isto, os Estados passam a direcionar parte significativa da sua arrecadação para o pagamento das mesmas assegurando a credibilidade do seu mercado. Em contrapartida, este mesmo Estado deixa de prestar serviços aos cidadãos em geral como, por exemplo, as construções de infra estrutura. As economias locais tem, por isso, baixo crescimento e elevada taxa de desemprego. Neste cenário, a combinação de salários reais estagnados ou declinantes, crescimento da pobreza e da desigualdade para a maioria da população. Por outro lado, a geração de lucros potencializada apenas para uma minoria (CHOMSKY, 1999, p. 62).

Esta situação pode ser observada na figura 1 abaixo no qual se constata a perda salarial do trabalhador americano entre os anos de 1960 e 2000, período no qual o Estado de Bem Estar Social foi saindo e entrando a ideologia neoliberal.

Figura 1: O Ataque ao Trabalho: Salários Reais e Produtividade nos Estados Unidos entre 1960-2000



Fonte: Polln, *Confours of Oescent* citados por Harvey (2005, p. 25)

Há que se destacar que houve uma queda dos salários na década de 1970, num momento anterior ao neoliberalismo. O regime fordista de produção que era vigente até então passa por uma crise que deve ser compreendida a partir do alcance dos seus próprios limites. Uma explicação bastante simplificada pode ser encontrada na citação de três elementos que resumem esta crise. O primeiro é a elevação do tempo de produção com a existência de desequilíbrios na cadeia de produção. O segundo termo é a intensificação do exercício do trabalho gerando como consequência efeitos psicológicos e fisiológicos e elevada taxa de absenteísmo. Os primeiro e segundo elementos, atuando em conjunto, são responsáveis pela gradativa e intensa degradação das condições laborais. Neste contexto, o terceiro elemento a ser analisado é o rompimento dos vínculos estabelecidos entre o esforço e o salário, com consequente queda da produtividade e da motivação entre os trabalhadores (AGLIETTA, 1976 *apud* GOMES, 2009, p. 1).

Já O'Connor (1977) aponta que na macroeconomia os elementos que determinaram a queda dos salários num momento anterior ao neoliberalismo foram o estreitamento verificado nas condições de exploração da mais-valia através da elevação da produtividade – mais valia relativa. Com isto as relações de intercâmbio entre os diversos setores produtivos que vinham sendo expandidas foram refreadas. O Estado já não conseguia atender a contento as demandas de acumulação e o sistema entra em uma grave crise de legitimação (O'CONNOR, 1977 *apud* GOMES, 2009, p. 1). Ao que o autor Gomes (2009, p. 1) conclui que “a antinomia entre funções de acumulação e funções de legitimação não corresponde mais às condições estruturais de funcionamento do capitalismo”. Entra-se na era do capitalismo rentista ou financeiro. Era na qual se vive hoje. Nesta fase, dado que o capital tende a buscar os nichos para promover o seu próprio crescimento, como defende Mattick (1981):

Na medida em que o processo de reprodução depende da acumulação de capital, e portanto da massa de mais-valia que torna a acumulação possível, é no interior da esfera da produção que se encontram os fatores decisivos (embora não os únicos fatores) para a transformação da possibilidade de crise numa crise real (MATTICK, 1981, p. 60).

Neste sentido, toda a sociedade ao redor passa a se reestruturar de acordo com as novas necessidades do capital que, no ápice da fetichização, ganha vida própria e passa a comandar as relações exteriores a ele. Os mercados financeiros emergem e vão estabelecendo novas relações entre as pessoas. É a financeirização da economia que se reflete na sociedade sob a forma do sucateamento do trabalho.

Apesar do crescente consenso de que as instituições financeiras e os mercados financeiros são atores cada vez mais importantes, moldando a vida econômica, social e cultural contemporânea, French, Leyshon e Wainwright (2011) identificaram pelo menos duas maneiras principais de como a ideia de financeirização vem sendo mobilizada pelos cientistas sociais. Na primeira, ela tem sido utilizada como descritor de ampla transformação na economia e na sociedade, na qual o setor financeiro e os mercados financeiros passaram a ocupar posição dominante ou quase dominante em países como EUA e Reino Unido. Na segunda, a financeirização foi empregada para descrever os processos e os efeitos do crescente poder dos valores financeiros e das tecnologias sobre as corporações, os indivíduos e as famílias (DIAS, 2017, p. 385).

Nesta nova condição da economia, a industrialização foi sendo substituída pelo setor de serviços, com exceção para a indústria de alta tecnologia, dado que a rápida financeirização da economia só foi possível mediante o avanço da tecnologia da informação. Vale destacar que cada país passou pelas mudanças de maneira bastante diferenciada. O autor Cano (2014, p. 141-142) citando *United Nations Conference on Trade and Development- UNCTAD* (2003) estabelece que os países podem ser classificados conforme a situação de sua indústria em: desindustrialização normal (ou positiva) que pode ser colocado como sendo o amadurecimento da industrialização e do capitalismo mantendo uma intensa exportação de manufaturados como ocorreu com a Itália e a Coreia do Sul. Ao passo que outros países estão na fase de industrialização recente como é o caso da China, do México com suas maquiladoras e da Índia que diversificaram seu parque industrial baseado também no consumo interno dado que mais de 300 milhões de pessoas foram transferidas da zona rural para a urbana.

A desindustrialização precoce (ou negativa) na qual ocorre a redução das taxa de crescimento das indústrias, diminuição da participação deste país na produção mundial, mitigação da taxa de investimento, ocorrência da estagnação aliada com a queda da produtividade levando a perda de competitividade tanto no ambiente externo quanto no interno com a diminuição da exportação dos manufaturados como aconteceu no Brasil (CANO, 2014, p. 143).

De acordo com Pochmann (2020, p. 34) “com a reprimarização da pauta de exportação e a precoce desindustrialização, a terciarização econômica foi antecipada, mostrando-se anêmica ao expansionismo do conjunto das atividades produtivas, levando à regressão do Brasil a menos de 2% do Produto Interno Bruto - PIB mundial”. Consoante com este entendimento, houve mudanças significativas na forma como o trabalho era executado e as relações estabelecidas.

Os indivíduos, agora isolados sem o aporte tanto do Estado quanto dos sindicatos, cuja atuação passou a ser limitada por mecanismos legais e pragmáticos deixando os trabalhadores atomizados em face de todo o contexto. Situação esta que, conforme Gramsci (2004) produz reflexos em toda a sociedade. “O indivíduo não é um átomo, mas a individualização histórica de toda a sociedade“ (GRAMSCI, 2004, p. 238). Esta atomização passou pela limitação das ações dos sindicatos que é um espaço central para a conscientização e a busca pela tomada de decisão dos trabalhadores.

O proletariado passa por diferentes etapas de desenvolvimento. A sua luta contra a burguesia começa com a sua própria existência. Inicialmente, os operários lutam individualmente; depois, os operários de uma fábrica; em seguida, os operários de um ramo industrial numa localidade contra cada um dos burgueses que os exploram diretamente (MARX, ENGELS, 2005, p. 87).

A separação dos indivíduos, seja de forma clara e explícita – divisão das tarefas, redução do poder e alcance dos sindicatos - seja sob a forma do império da ideologia – que coloca os trabalhadores como empresários de si mesmos, parceiros dos *Applications* - Apps. O Estado que, em tese, deveria ser estabelecido para apoiar todos os cidadãos promovendo uma igualdade, encontra-se influenciado por uma elite que o sequestra para que possa usufruir ao máximo da mais valia dos trabalhadores em todos os sentidos. De modo que o Estado é assim entendido como sendo:

um organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, [...] isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados [...]. (GRAMSCI, 2004, p. 42).

Um exemplo, dos mais gritantes, do implemento de um estado neoliberal na atualidade por meio da usurpação do Estado por uma elite é o Chile que destituiu um presidente legitimamente votado pelo povo – Salvador Allende - para colocar no seu lugar o general Augusto Pinochet.

Vale dizer que a primeira experiência de neoliberalização ocorreu no Chile depois do golpe de Pinochet no "pequeno 11 de setembro" (quase exatamente trinta anos antes do dia em que Bremmer anunciou o regime a ser instalado no Iraque). O golpe contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende foi patrocinado por elites de negócios chilenas ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo. Foi apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela CIA e pelo secretário de Estado Henry Kissinger. Reprimiu com violência todos os movimentos sociais e organizações de esquerda e desmontou todas as formas de organização popular (como os centros comunitários dos bairros mais pobres). O mercado de trabalho foi "liberado" de restrições regulatórias ou institucionais (o poder sindical por exemplo) (HARVEY, 2005, p. 8).

O Estado de Bem estar Social surgiu atrelado ao fordismo ou conectado com o mesmo numa "lua de mel" na qual um sustentaria o outro. Este entendimento foi uma estratégia do Capital com a finalidade de obter um crescimento acelerado da produção mesmo num cenário de forte retração do consumo principalmente no período do pós guerra (KEYNES, 1993, p. 21-22 *apud* MEZÁRIOS, 2004, pp. 11-12). Entendendo, neste ponto, o fordismo como sendo uma forma de aproveitamento da mais valia.

Ora, a característica do processo de trabalho capitalista já estava assentada com a introdução da máquina de forma definitiva e o problema fundamental passou a ser a utilização social da maquinaria, e não como conseguir com os trabalhadores manuais a maior produtividade possível. Todavia, nos setores que abraçaram o taylorismo/fordismo, no nosso século, vão ocorrer problemas que estão ligados às limitações inerentes a essa forma (MORAES NETO, 1986, p. 1).

O Toyotismo trouxe uma nova visão da produção e da produtividade. Ao contrário do fordismo que buscava a produção, cada vez maior, de mercadorias, esta nova forma de ver a produção enseja o estoque zero e a produção apenas do necessário. Isto inverteu a ordem do mercado. Antes produzia-se muito e os governos buscavam amparar indiretamente a empresa e o cidadão de forma a sobrar dinheiro para que este pudesse comprar as mercadorias que ele ajudava a produzir. Com o Toyotismo, a produção só seria acionada mediante a demanda. Não se produziria nada a mais e nem a menos. A descentralização dos aparatos de produção segue técnicas como o "*Just-in-Time*" – que pode ser traduzido como sendo no tempo certo, entre outras. Outro ponto a ser destacado é que a cadeia produtiva deixou de se localizar numa planta extensa, e esta passou a ser pulverizada entre diversos pontos do planeta.

A escolha de tais pontos está atrelada a locais que, de alguma forma, forneçam possibilidades de ganho real seja por meio de mão de obra barata, seja através de frouxas leis ambientais, proximidade com recursos energéticos, água, matéria prima ou isenções tributárias diversas. Exemplos disto são as indústrias maquiladoras que se encontram instaladas no México e que fornecem peças e insumos para os EUA e o Canadá a uma tarifa zero.

Subcontratações também estão presentes nas regiões da Ásia, África, América Latina e Leste Europeu, o quê, na prática, contribui para deteriorar ainda mais a situação dos trabalhadores. Desta forma, o lucro advém da exploração da mão de obra, das isenções de tributos e da flexibilização das leis ambientais locais.

Um dos pontos que chama a atenção nas maquiladoras é a redução da atuação sindical, lembrando aquela máxima: “ou se tem direitos ou empregos” forçando os trabalhadores numa dicotomia a qual o mesmo só tem a perder. De forma que os trabalhadores, localizados nas áreas de atuação das maquiladoras, se encontram alijados da atuação sindical. Por outro lado, nos países mais desenvolvidos, a vida dos trabalhadores também não tem sido fácil, já que com a redução da produção e pulverização da planta produtiva em diversos lugares as opções de trabalho também têm sido sucateadas. Vale destacar que o capitalismo financeiro encontra-se em âmbito mundial, variando sua influência de acordo com o tamanho do Estado de bem estar social que reduz a voracidade do capitalismo financeiro.

O neoliberalismo chegou para se opor frontalmente ao Estado Providência de modo a reduzir drasticamente a interferência do mesmo no mercado, deixando que o mesmo se autorregulasse. A mão invisível do mercado mencionada lá trás por Adam Smith precisa, agora, de mais liberdade ainda para agir. De forma que o primeiro grande passo neste sentido foi o fim do lastro em ouro determinado pelo presidente americano.

A partir deste evento, o mercado financeirizado foi ganhando cada vez mais espaço nas economias, de forma que as fronteiras entre os países, no que tange a fluidez do capital, do dinheiro, passou a ter menos importância. Neste ponto, cabe ressaltar que o advento das tecnologias da informação foi essencial para que o capitalismo financeiro alcançasse sua plenitude num mundo sem fronteiras. Com a tecnologia, o capital pode viajar livremente por diversos países ao longo do dia e, em cada um deles, cabe ao Estado facilitar a desregulamentação do seu mercado financeiro.

Este Estado, este que, na maioria das vezes, também se encontra financeirizado pela dívida pública. Neste sentido os trabalhadores passam a ter menos importância na medida em que a desregulamentação vai sendo construída. Entende-se que, agora, o trabalhador não é mais tão necessário já que não se produz mais tanta mercadoria apenas aquelas que são demandadas. O trabalhador passa a se constituir num custo já que a mais valia já foi apropriada pelo empresário. É sob esta condição que se passa a analisar o trabalho nos últimos diferentes governos.

CAPÍTULO 2: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÔMICA E SEU REFLEXO NO EMPREGO DOS GOVERNOS LULA A BOLSONARO

Nesta parte far-se-á as considerações sobre como o trabalho foi visto e tratado nos diferentes governos que passaram pelo palácio do Planalto com vistas a promover uma comparação entre os mesmos. Contudo, como forma de sustentar as relações entre as evidências encontradas, serão elencadas, aqui, algumas considerações. A primeira diz respeito a evidenciar a forma como a industrialização no Brasil vem diminuindo ano a ano nas últimas décadas, e a segunda será apontar como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE classifica as diversas formas de trabalho para fins de pesquisa no país. Por fim, cabe salientar que toda a análise realizada nesta parte será feita sob o norte oferecido pelo capítulo um.

2.1 Como os Governos se Relacionaram com o Trabalho

Inicia-se esta parte com a constatação de que estas mudanças mencionadas nesta pesquisa no âmbito das relações trabalhistas acontecem na maioria dos países notadamente nos países periféricos no que tange o desenvolvimento. Tais países tem sofrido com o avanço da exploração da mais valia sobre o trabalho das pessoas. De modo que independente do governo que dominasse o Brasil, o neoliberalismo, enquanto norteador dos processos, foi uma constante. Em alguns como, por exemplo, os governos Lula e Dilma, o neoliberalismo foi mitigado por uma série de políticas públicas que reduziram o impacto desta precarização na vida do cidadão trabalhador.

Tais políticas foram destruídas ou inutilizadas nos governos Temer e primeiro ano do governo Bolsonaro com reformas que prejudicaram e prejudicarão os trabalhadores de forma a engessar as próximas gerações no que tange sua mobilidade social. Neste contexto, vale destacar o que o autor Joseph Schumpeter (1982) entende como sendo o conceito de inovação dentro do capitalismo.

A introdução de um novo produto (ou a melhoria na qualidade de um produto já existente); a introdução de um novo método de produção (inovação no processo); a abertura de um novo mercado (em particular um novo mercado para exportação); uma nova fonte de fornecimento de matérias-primas ou de bens semi-manufacturados; uma nova forma de organização industrial (SCHUMPETER, 1982, p. 66).

Este conceito é imprescindível para que a compreensão de como o neoliberalismo vem precarizando as relações trabalhistas no mundo e, mais especificadamente, no Brasil nas últimas décadas. Parte-se do entendimento de que houve uma mudança entre o capitalismo industrial

pautado na produção de mercadoria para o capitalismo financeiro baseado na financeirização do mercado.

Voltando com os conceitos de Marx (1972) acerca das crises e do capitalismo.

A crise é inerente ao sistema capitalista. É na crise que o capitalismo cresce, se expande dado que o mesmo seja alicerçado e caracterizado no desenvolvimento de classes opostas que se embatem num cenário de conflito de interesses. De modo que este sistema advém da luta de classes fomentada pela busca do lucro e da maximização deste na exploração da classe trabalhadora – que vende sua força de trabalho – e a classe capitalista – dona dos meios de produção. A maximização do lucro é alcançada pela maximização da exploração da classe trabalhadora sob a pressão da concorrência. Vale destacar que há a exploração da inerência da crise financeira e sua relação com a lógica própria da modo de produção neste sistema capitalista especialmente entre a relação a partir da expansão do crédito e do capital fictício. Este é um tipo muito específico de crises do capitalismo que pode ser produzida por ela mesma como um evento independente, autônomo de maneira que esta possa tangenciar indiretamente a indústria e o comércio. A razão principal destas crises pode ser encontrada no capital financeiro e a sua esfera de atuação deve ser centralizada nos cenários onde este capital se expande como, por exemplo, bancos, bolsa de valores e finanças (MARX, 1972, p. 138).

Ocorre que o capital, que dá origem ao nome do sistema capitalista, precisa sempre crescer, cada vez mais e mais. Para conseguir crescer, o capital e os capitalistas buscam explorar a mais valia da força de trabalho. Este processo de exploração é continuado. O capitalismo é um sistema que precariza as relações de trabalho e as crises geradas por ele passa a escancarar esta precarização. “O problema usualmente estudado é o da maneira como o capitalismo administra a estrutura existente, ao passo que o problema crucial é saber como ele as cria e destrói?” (SCHUMPETER, 1961, p. 111).

Percebe-se que o capitalismo gera as crises promovendo, nelas, um acirramento dos conflitos entre as classes de forma que a classe dominante, nestes momentos, protege seus ganhos e busca uma maior extração de mais valor através de reformas que modificam as leis. De modo que o fluxo do capital e a extração de mais valias ocorra sem entraves.

Ao repassar os anos de governo em tela, pode-se perceber que as reformas das leis trabalhistas, a da previdência apareceram nos momentos de crise como se o contexto geral se tornasse uma causa para que estas sejam implementadas. São nestes momentos em que se ouve: “o trabalhador precisa de leis ou do emprego”, “ se passar a reforma das leis trabalhistas, o número de empregos vai aumentar já que o empresário terá uma folga maior nos dividendos que precisa pagar”.

Em todo este cenário, há a presença da ideologia que passa a encobrir a triste realidade do trabalhador que é a de que o mesmo vai sendo solapado, obrigado a trabalhar numa carga

horária maior por um período de tempo bem maior e não conseguir se aposentar já que seus direitos foram mitigados em reformas com a desculpa de que neste cenário é preciso mitigar os custos dos empresários para que estes possam reabrir postos de trabalho. Infelizmente, na prática, as reformas passam, os empresários conseguem os benefícios do Estado e os trabalhos não aparecem.

Esta situação evidencia que as crises são utilizadas para pôr em pauta as discursões sobre as reformas que prejudicam os trabalhadores. Por exemplo, só se discutiu a reforma da previdência no momento de crise. Outro ponto a ser destacado é que o capitalista quer extrair o mais valor em todo o processo de forma que ele proteja seus ganhos com as reformas e os intensifica. Vale destacar que a noção de capital financeiro antecipada por Marx é profundamente acertada como se pode comprovar nos dias de hoje. O capitalismo avançado mantém, hoje, o comportamento descrito antecipadamente por Marx.

Num contexto econômico, cabe salientar que o Brasil passa por um processo de desindustrialização que tem reduzido a qualidade dos empregos formais oferecidos com menores salários e piores condições de labor. Para Rowthorn e Wells (1987) citados por Nascif (2006, p. 5) "a desindustrialização é definida como um fenômeno caracterizado principalmente pela retração relativamente expressiva do emprego no setor manufatureiro vis-à-vis os demais setores, notadamente o de serviços". Já Tregenna (2009) citado por Oreiro e Feijó (2010, p. 1) "redefiniu de forma mais ampla o conceito "clássico" de desindustrialização como sendo uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente". De forma que este conceito concilia a retração do emprego com a redução da agregação de valor na indústria dentro do PIB total. Percebe-se que o Brasil está se desindustrializando nas últimas décadas e isto pode ser visto como alguns fatores tem contribuído bastante para esta desindustrialização.

Os autores Bresser Pereira e Marconi (2009, p. 52) apontam que um deles é a sobreapreciação da taxa de câmbio no país, dado que esta se torna instrumento da doença holandesa, prejudicando o setor industrial de maior grau tecnológico. Entende-se que a desindustrialização esteja ocorrendo sem que se tenha alcançado a plenitude da indústria de alta tecnologia. De modo que os setores do agronegócio, extração mineral e de serviços tem se expandido. Estes setores de ponta estão ficando para trás promovendo uma redistribuição de papéis no nível mundial.

Ainda os autores Bresser Pereira e Marconi (2008) explicam os sintomas da doença holandesa que aparecem na economia brasileira:

a) há uma apreciação da taxa de câmbio, em função do aumento das exportações (mais intenso para as commodities, de 188% na comparação entre 2007 e 2002, que para os manufaturados, de 140% no mesmo período);

b) a balança comercial das commodities, ou produtos que geram a doença holandesa, evoluiu positivamente após 1992, enquanto a dos manufaturados (ou produtos que sofrem os efeitos da doença holandesa) sofreu uma retração no mesmo período;

c) a evolução da balança comercial de commodities evoluiu de forma desassociada da taxa de câmbio, evidenciando que outros fatores influem no comportamento das vendas e compras externas destes produtos, enquanto a evolução da balança comercial dos manufaturados é fortemente vinculada à da taxa de câmbio, indicando que este setor depende de tal taxa para apresentar resultados positivos no comércio externo;

d) os preços e quantum das exportações de commodities cresceram mais que os dos manufaturados;

e) houve um aumento da participação das commodities no valor adicionado total; e

f) ainda que não tenha havido uma redução da participação do valor adicionado do setor de manufaturados no valor adicionado total da economia, devido à queda que ocorreu na participação dos não-comercializáveis na renda nacional, se consideramos apenas o valor agregado total de bens comercializáveis, houve uma substancial diminuição da participação dos manufaturados comercializáveis (BRESSER PEREIRA; MARCONI, 2008, p. 1).

De forma que a exportação de *commodities* passa a ser priorizada em detrimento dos produtos manufaturados aproveitando um contexto do mercado internacional como é o caso do crescimento do PIB da China. A China se transformando na fábrica do mundo, a Índia uma produtora de *softwares* e o Brasil uma grande fazenda, um celeiro mundial (TABELA 1).

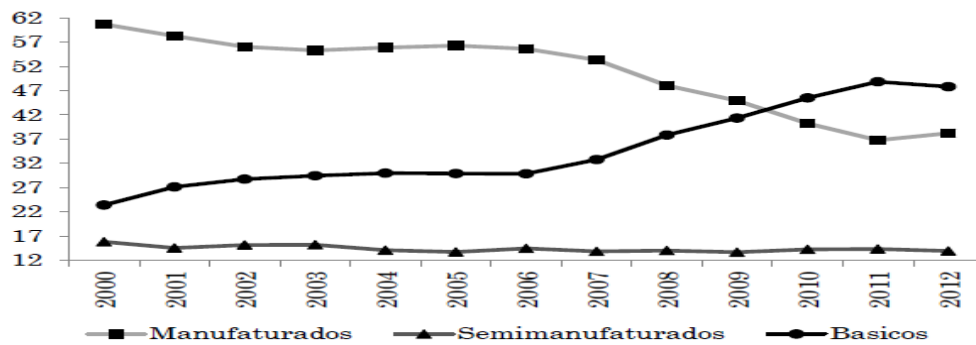
Tabela 1: Participação da Indústria no Emprego (% do total)

Região:	1960	1970	1980	1990	1998
África Subsaariana	4.4	4.8	6.2	5.5	5.5
América Latina e Caribe	15.4	16.3	16.5	16.8	14.2
Cone Sul e Brasil	17.4	17.2	16.2	16.6	11.8
Ásia Ocidental e Norte da África	7.9	10.7	12.9	15.1	15.3
Sul da Ásia	8.7	9.2	10.7	13.0	13.9
Leste da Ásia (exceto China e Japão)	10.0	10.4	15.8	16.6	14.9
NIEs	10.5	12.9	18.5	21.0	16.1
China	10.9	11.5	10.3	13.5	12.3
Terceiro mundo	10.2	10.8	11.5	13.6	12.5
Primeiro mundo	26.5	26.8	24.1	20.1	17.3

FFonte: Palma (2005, p. 5)

Percebe-se uma nova constituição da divisão do trabalho de modo que os países vão se adaptando a uma nova situação, a novas demandas mundiais. O Brasil passou por este processo e isto pode ser vislumbrado no gráfico da figura 2

Figura 2: Participação nas Exportações por Fator Agregado (%): 2000-2012

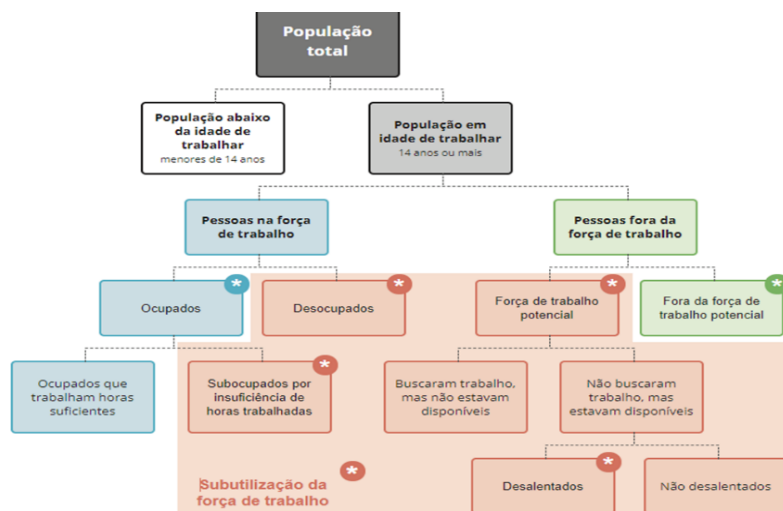


Fonte: Ipeadata (2013)

Neste gráfico percebe-se que as exportações passaram a ser constituídas por produtos básicos conhecidos como *commodities*. Tais *commodities* possuem pouco ou nenhum tratamento industrial. Tendo em vista um contexto específico do mercado internacional – no caso o rápido crescimento industrial da China que passou a demandar muitos produtos alimentícios para alimentar sua população.

Uma segunda questão a ser esclarecida é a forma como o IBGE define os diversos tipos de emprego e sua relação com a população economicamente ativa, já que é baseado nos dados do IBGE que este estudo está pautado. Neste sentido, o esquema da figura 3 é bastante esclarecedor e será usado para explicar os diversos tipos de trabalho que existem no país e como as pessoas na população economicamente ativa se encontram colocadas.

Figura 3: Divisões Usadas pelo IBGE para Classificar os Tipos de Trabalho



Fonte: IBGE (2021, p. 1)

Um ponto importante a ser salientado é que neste esquema todos os termos marcados com um asterisco são parte de uma substituição da força de trabalho, o quê no senso comum pode ser entendido como o sucateamento das relações trabalhistas. Ainda para construir a análise do trabalho neste intervalo temporal foi necessário citar, para além do neoliberalismo que enseja a perda de direitos trabalhistas, redução do Estado de Bem Estar Social e, conseqüente, precarização das relações trabalhistas, citar também a desindustrialização brasileira inserida numa nova reorganização das tarefas em âmbito mundial e a forma como o trabalho é classificado pelo IBGE. Dito isto passa-se a análise do trabalho nos governos.

2.1.1 Primeiro Governo Lula (2003-2006)

Eleito em 2002, após três eleições consecutivas nas quais Lula perdeu respectivamente para Fernando Collor e Fernando Henrique, ele vence as eleições com uma votação bastante expressiva. O primeiro governo Lula, no que tange o trabalho, foi recebido com grande expectativa.

O primeiro ano da administração foi marcado pela austeridade na economia, seja na política monetária, seja na política fiscal. Esta estratégia resultou no aumento da taxa de desemprego (de 11,7% para 12,4%) e na redução da massa salarial (queda de 5,7%) e do rendimento médio dos ocupados (contração de 12%) (RODRIGUES; RAMALHO e CONCEIÇÃO, 2008, p. 1).

Em face disto, o primeiro ano transcorreu sem grandes novidades. Porém é necessário elaborar uma breve consideração acerca dos governos Lula e Fernando Henrique Cardoso - FHC para prosseguir com o fio condutor desta pesquisa. O governo FHC implantou um intenso programa de privatizações nas estatais brasileiras. Nesta época, privatizaram a Embratel e a Vale por exemplo. Este programa foi mitigado no governo Lula, apesar de haver privatizações, estas se deram com estatais menores e em menor quantidade. Outro ponto de divergência foi o fortalecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no governo Lula como forma de fornecer aporte para as empresas nacionais, principalmente. Já as continuidades, as convergências entre as políticas de FHC e Lula encontram-se nas políticas de metas de inflação e também de câmbio flexível implantadas por meio do Banco Central – BC, além da meta fiscal que é a manutenção de um *superávit* primário. Este é o chamado tripé macroeconômico, implantado pelo BC em 1999 por Armínio Fraga (BALTAR *et al.* 2010, p. 9).

Um primeiro ponto a ser destacado é que no ano de 2003, a Central Autônoma de Trabalhadores -nCAT-, Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT-, Central Geral dos

Trabalhadores do Brasil – CGTB -, Central Única dos Trabalhadores – CUT- e Força Sindical assinaram um documento em conjunto denominado "a pauta do crescimento", no qual expressaram sua insatisfação com os indícios de recessão e, por outro lado, também mostravam um total de 21 propostas concretas com o objetivo de aumentar a atividade econômica promovendo a geração de postos de trabalho. Em setembro de 2003, este documento foi entregue ao então presidente Lula.

Vale destacar que este governo foi marcado por uma tentativa de diálogo constante entre governo e setores da sociedade. Ao longo de 2004, o presidente da CUT, Luís Marinho buscou fazer uma ponte entre o governo e o empresariado produtivo com a anuência do governo. Esta mesma entidade articulou diálogo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) com vistas a ampliar a democratização do Conselho Monetário Nacional (CMN). Entretanto a elite empresarial não aceitou com medo de haver mudanças drásticas na direção de um afrouxamento das políticas monetárias então existentes (RODRIGUES; RAMALHO e CONCEIÇÃO, 2008, p. 1).

Conforme a proporção observada no modo de produção capitalista por Marx(1986):

Com seu desenvolvimento, ocorre um decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante e, com isso, em relação ao capital global posto em movimento. Isso (...) quer dizer que (...) a mesma quantidade de força de trabalho, tornada disponível por um capital variável de dado (...) valor, devido aos métodos de produção peculiares que se desenvolvem dentro da produção capitalista, põe em movimento, processa e consome produtivamente (...) uma massa sempre crescente de meios de trabalho, maquinaria e capital fixo de toda a espécie, matérias-primas e auxiliares - portanto também um capital constante (...) de valor sempre crescente (MARX,1986, p. 163-164).

Entende-se que houve uma resistência, por parte dos empresários, que estavam receosos de que o Estado perdesse sua característica de austeridade e ampliasse os gastos para o atendimento à população. Este receio encontra-se pautado no medo de perder parte da mais valia que compõe o seu lucro.

Outro ponto a ser salientado é a luta contínua deste governo contra o trabalho infantil. Programas de repasse de renda como o Bolsa família, ampliado neste governo, promovia como contrapartida ao dinheiro recebido que as famílias mantivessem os filhos na escola, reduzindo a prática do trabalho infantil. Na construção deste programa, foi elaborada uma rede de vigilância na qual a escola se comprometia a enviar a lista de presença apontando o aluno que recebia Bolsa família, cuja presença nas aulas não tem acontecido com a rotina necessária. A tabela 2 abaixo traz um compilado com os dados coletados entre 2004 e 2008 da População Economicamente Ativa – PEA

Tabela 2: População Total em Idade Ativa e População Economicamente Ativa (PEA - Brasil: 2004 e 2008

Grupos de Idade	População total idade ativa (15 anos ou mais)			PEA		
	2004	2008	Taxa anual crescimento	2004	2008	Taxa anual crescimento
15 a 24	26.3	23.4	-0.9	24.5	21.6	-1.2
25 a 54	55.3	56.1	2.3	65.1	66.5	2.5
55 ou mais	18.4	20.5	4.7	10.4	11.9	5.4
15 ou mais	100.0	100.0	1.9	100.0	100.0	1.9
Fonte: IBGE-PNAD, 2004 e 2008.						

Fonte: IBGE-PNAD (2008).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD demonstrou que o trabalho infantil (realizado por menores de 16 anos), muito embora o esforço conjunto pela sua erradicação, aponta que cerca de 1,5 milhão de adolescentes com idades variadas entre 10 e 14 anos praticava alguma atividade econômica no ano de 2008. Relacionado com o total, isto leva a uma porcentagem de 8,4% do total (BALTAR *et al.* 2010, p. 15).

Um grande ponto foi o ganho real do salário mínimo, fruto de uma convergência de fatores, um dos quais a sensível melhora no espaço internacional que elevou a um intenso comércio com a China. Esta passou a comprar muitas *commodities* do país. A tabela 3 mostra os índices de exportações da China com a América Latina.

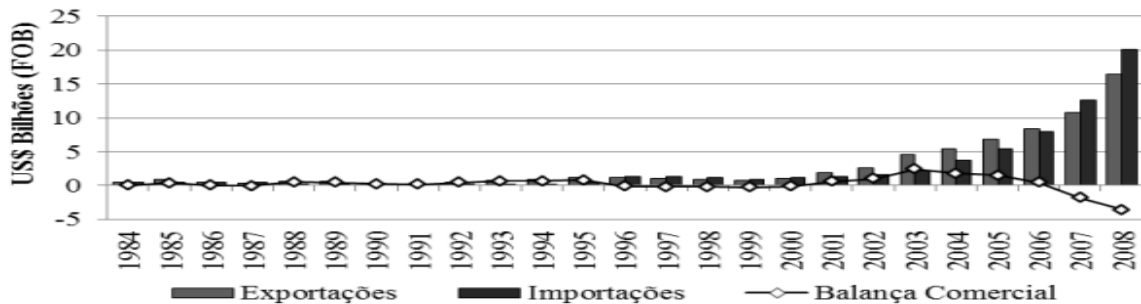
Tabela 3 - Exportações da América Latina para a China por Setor – 2008

	Exportações da América Latina para a China (US\$ bilhões)	Participação de cada setor no total das exportações da América Latina para a China (%)	América Latina no total das importações chinesas por Setor (%)
Produtos agrícolas	21,71	32,2	25,0
Combustíveis e minério	39,88	59,1	13,0
Produtos manufaturados	5,89	8,7	0,80

Fonte: Texto do IPEA (2011, p. 277)

A intensificação do comércio entre a China e o Brasil foi crescendo ano a ano como se pode observar no gráfico da figura 4 abaixo. Entende-se *Free on Board* – FOB como sendo a responsabilidade do exportador de cuidar da mercadoria até que esta esteja dentro do navio, avião, etc.

Figura 4: Balança Comercial Brasil-China de 1984 a 2008, US\$ Bilhões FOB.



Fonte: Mortatti, Miranda e Bacchi (2011, p. 313).

Neste período, o intenso comércio entre a China e o Brasil produziu efeitos benéficos no segundo e a China foi ocupando o espaço de grande parceiro comercial do Brasil.

Nos anos 90, houve um boom do comércio bilateral, comparado com as décadas passadas e a China, que era a quarta no destino das exportações brasileiras, pulou para a terceira posição desde 2002, atrás apenas dos Estados Unidos e da Argentina. Em 2006, com o amadurecimento das relações comerciais entre o Brasil e a China, a corrente de comércio entre os dois países ultrapassou os US\$ 16,39 bilhões (US\$ 23,37 bilhões em 2007). No ano de 2008 a China ultrapassou a Argentina e tornou-se o segundo maior parceiro comercial do Brasil, adicionalmente, seguindo nessa trajetória, no ano seguinte em 2009 a China ultrapassou os Estados Unidos e tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2009 citado por MORDATTI; MIRANDA; BACCHI, 2011, p. 312).

Com isto foi possível realizar reajustes no salário mínimo junto com a queda e o posterior controle da inflação, e isto promoveu um ganho no poder aquisitivo dos assalariados. Baseando-se no valor da cesta básica entre 2002 e 2006, percebe-se um aumento do poder de compra do mesmo. Por exemplo, o índice de comprometimento da cesta básica do salário mínimo, em 2002, oscilava entre 64,7% em Belo Horizonte - BH, 72,5% em Porto Alegre e 70,5% de São Paulo. Já no ano de 2006, esses índices caíram, respectivamente, para 49,5%, 51,8% e 51,9%.

Tabela 4: Reajuste e Aumento Real do Salário Mínimo no Brasil entre 2002 e 2006

Período	Valor do Salário Mínimo	Valor do Salário Mínimo	Aumento Real
Abril 2002	R\$ 200,00	R\$ 200,00	-
Abril 2003	R\$ 240,00	R\$ 240,00	1,23 %
Maio 2004	R\$ 260,00	R\$ 260,00	1,19 %
Maio 2005	R\$ 300,00	R\$ 300,00	8,23 %
Abril 2006	R\$ 350,00	R\$ 350,00	13,04%
Aumento real 2003-2006 (total)	---	---	25,32 %

Fonte: Subseção Dieese – CUT nacional (2007) citado por Rodrigues, Ramalho e Conceição (2008, p. 56)

As pessoas passaram a ter uma renda maior e passaram a adquirir bens e serviços sustentando o mercado interno, e isto fazia com que a indústria interna produzisse mais. Outro ponto de suma importância neste governo foi a implantação de um processo de democratização das decisões que afetavam a vida cotidiana dos trabalhadores. Assim como foi mencionado no começo:

- Fórum Nacional do Trabalho (espaço de diálogo e negociação para promover a reforma sindical e trabalhista); tem composição tripartite e paritária.
- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.
- Mesa de Negociação do Funcionalismo Público.
- Câmara Setorial do Serviço Público.
- Conselho Nacional de Política Industrial.
- Comissão Quadripartite do Salário Mínimo MP 294, de 8/5/2006.
- Criação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho, por meio da MP 294, MP 293, de 8/5/2006
- Reconhecimento das centrais sindicais para participação em conselhos e fóruns públicos, por meio da MP 293, de 8/5/2006. Projeto de Lei
- Regulamentação do funcionamento de cooperativas de trabalho, resultado do consenso obtido no Conselho Nacional de Economia Solidária.
- Emprego doméstico: MP e projeto de lei de reconversão.
- Institui o desconto no IR anual da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (limitada a um salário mínimo e a um empregado).
- Institui as férias de 30 dias úteis para o emprego doméstico;
- estabilidade da gestante.
- MP de incentivo à microempresa
- Diminuição de exigências da legislação trabalhista com vistas ao aumento da formalização do emprego (RODRIGUES; RAMALHO; CONCEIÇÃO, 2008, p. 56).

O Fórum Nacional do Trabalho – FNT possuía uma hierarquia própria e incentivava a participação de todos e foi criado pelo Decreto n. 4.796, de 30 de julho de 2003. O objetivo deste fórum era facilitar, coordenar as negociações voltadas para as relações de trabalho pautadas nas três facetas principais: trabalhadores, empregadores e Governo Federal. O FNT “tem por objetivo, promover a democratização das relações de trabalho por meio da adoção de um modelo de organização sindical baseado em liberdade e autonomia. Atualizar a legislação do trabalho e torná-la mais compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional,”(BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE, 2008, p. 1) com vistas a gerar um cenário propício à geração de emprego e renda. A estrutura do mesmo é observada na figura 5.

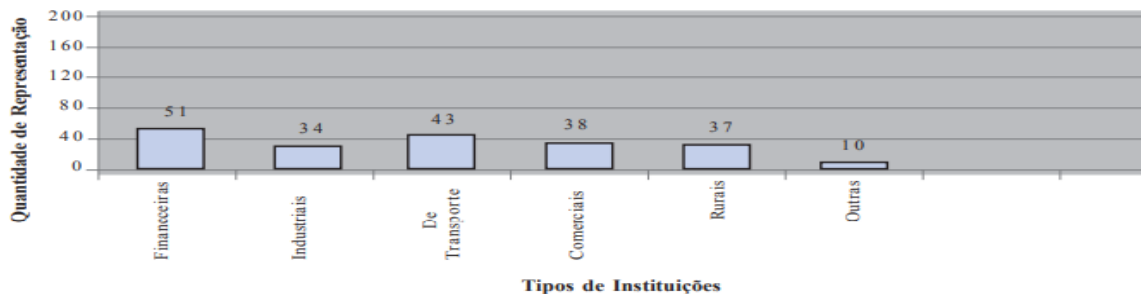
Figura 5: Estrutura Funcional do FNT



Fonte: Ministério do trabalho (2003) citado por Almeida (2007, p. 56)

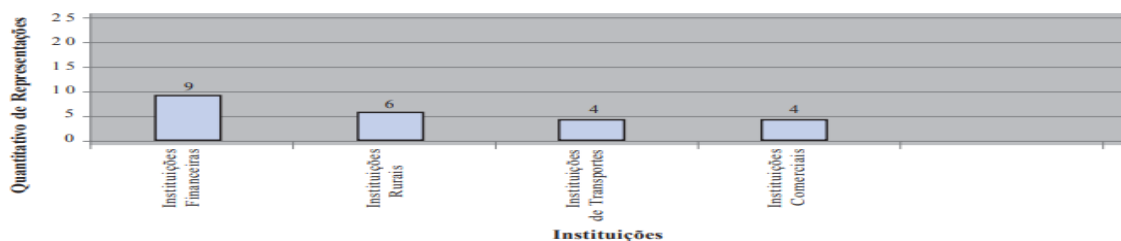
Já nas figuras 6 e 7 observam-se gráficos que apontam a presença, em maior quantidade, das instituições financeiras nas mesas de debate do FNT, o que demonstra a força dos organismos que trabalham com a financeirização da economia nas tomadas de decisão sobre o trabalho.

Figura 6: FNT – Bancada dos Empregadores Quantidade de Vezes em que as Instituições são Representadas: total 213 - Classificadas por Grupo de Atuação na Sociedade Brasileira



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego citado por Almeida (2007, p. 60)

FIGURA 7: Representantes dos Empregadores que Aparecem mais de uma vez - O Quantitativo de Representações, por Grupos de Interesses (Instituições), Representadas pelos 17 Profissionais que Aparecem mais de uma vez – total 23 Representações.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego citado por Almeida (2007, p. 61)

O primeiro governo de Lula foi um governo que promoveu uma maior democratização na tomada de decisão quanto ao trabalho. Neste sentido, colocou-se à mesa para debater os empresários, os trabalhadores e o Governo Federal. Pode ser estabelecido que este governo promoveu o debate no que tange o trabalho sendo está a marca deste primeiro governo.

2.1.2 Segundo Governo Lula

O segundo governo Lula foi marcado pela crise econômica mundial que iniciou nos EUA devido a uma bolha imobiliária e que derrubou as economias do mundo todo num efeito dominó. No Brasil, esta crise não promoveu grandes estragos, constituindo-se tão somente numa “marolinha”, o que muitos jornalistas diziam ser um “tsunami”. Ocorre que com a melhora nos índices de desempenho da economia ainda frutos da intensificação do comércio com a China, a redução da miséria e uma melhor distribuição de renda contribuíram para que o país não sofresse tanto quanto muitos países sofreram com esta crise. Neste segundo mandato, foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – com vistas a promover um crescimento ainda maior da economia baseada na indústria da construção civil. A construção de obras de infraestrutura como rodovias, ferrovias, aeroportos, portos além de outras obras. Quanto a construção de casas populares, o objetivo inicial era a construção de 1 milhão de casas financiadas pelo programa Minha casa, minha vida (COIMBRA, 2015, p. 399). As tabelas 5 e 6 abaixo mostra a absorção da mão de obra por idade e por sexo respectivamente pelo mercado brasileiro.

Tabela 5: Absorção da PEA Conforme Idade - Brasil: 2004 e 2008

Posição na Ocupação	15 a 24		25 a 54		55 e mais		15 e mais	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Desemprego	18.0	15.5	6.4	5.2	2.7	2.1	8.9	7.1
Emprego formal	29.1	35.2	39.0	43.7	17.1	20.2	34.3	39.1
Emprego sem carteira	25.6	26.6	14.3	13.5	10.7	10.3	16.7	15.9
Domésticos com carteira	0.8	0.6	2.3	2.3	1.1	1.4	1.8	1.8
Domésticos sem carteira	5.4	4.3	5.3	5.2	3.6	4.3	5.2	4.9
Empregador	0.6	0.7	4.5	4.8	7.0	7.1	3.8	4.2
Conta própria	7.9	7.4	22.1	19.7	38.7	36.2	20.3	19.0
Não remunerado	10.4	7.1	3.6	2.9	4.8	4.3	5.4	4.0
Autoconsumo	2.1	2.5	2.4	2.6	14.0	13.8	3.5	3.9
Autoconstrução	0.1	0.1	0.1	0.1	0.3	0.3	0.1	0.1
PEA	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Com o aumento da taxa do PIB entre 2004 e 2008, o mercado de trabalho aumentou o peso do mercado de trabalho na absorção das pessoas em idade populacional ativa, o quê, na prática, reduziu o desemprego. Foram introduzidas mudanças bastante pertinentes como, por exemplo, a diminuição da importância do emprego sem carteira, o trabalho sem contrato não remunerado ou por conta própria. Com relação aos setores ocupacionais, também ocorreram mudanças, apontando a retomada do crescimento econômico e a expansão do emprego formal. De modo que setores notadamente marcados por ocupações precarizadas, formado por relações trabalhistas pouco estabelecidas, diminuiu, refletindo nos números de trabalhadores não assalariados – sem carteira, conta própria, não remunerados que diminuiram. Em dados numéricos reduziu de 27% (2004) para 24,4% (2007). Na outra ponta, o número de trabalhadores assalariados cresceu. "A partir de 2007, observa-se até mesmo a redução absoluta no número de trabalhadores nessas duas posições na ocupação, com o maior crescimento do PIB e do emprego formal" (Baltar et al., 2010, p. 14).

Tabela 6: Absorção da PEA Conforme Sexo. Brasil 2008

Posição na Ocupação	15 a 24		25 a 54		55 e mais		15 e mais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Desemprego	11.9	20.5	3.5	7.4	1.9	2.4	5.2	9.6
Emprego formal	37.0	32.6	47.8	38.7	21.5	18.1	42.1	35.2
Emprego sem cart.	30.9	20.8	15.6	10.8	13.0	6.1	18.7	12.4
Domésticos c/cart.	0.1	1.2	0.4	4.6	0.3	2.9	0.3	3.7
Domésticos s/cart.	0.4	9.6	0.4	11.0	0.9	9.6	0.4	10.6
Empregador	0.9	0.4	6.3	3.1	9.2	3.9	5.4	2.7
Conta própria	8.3	6.3	23.6	14.9	42.0	27.4	22.5	14.4
Não remunerado	8.1	5.7	1.0	5.2	1.3	9.0	2.6	5.7
Autoconsumo	2.2	2.9	1.3	4.3	9.5	20.5	2.6	5.7
Autoconstrução	0.2	0.0	0.1	0.0	0.4	0.1	0.2	0.0
PEA	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: IBGE-PNAD (2004- 2008) citado por Baltar *et al.* (2010, p. 14)

Percebe-se um intenso aumento do emprego assalariado formalizado e, como reflexo disto, do seu peso na totalidade dos dados. Ainda se observa um peso muito grande do emprego sem carteira entre 15 e 24 anos que vai diminuindo com o aumento das faixas etárias. Percebe-se também que as mulheres sempre tem índices menos favoráveis em todas as faixas etárias quando comparadas com os homens. Esta intensa expansão combinada com um crescimento econômico alavancado entre 2004 e 2008, o quê, por sua vez, resultou da tendência à formalização das empresas e do trabalho, além do aumento da oferta de empregos formais gerados a partir de cada ponto percentual do crescimento do PIB. As modificações averiguadas

na estrutura produtiva do Brasil foram resultados também de uma fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego mais acirrada.

Outro ponto a ser destacado é a ampliação expressiva de ocupações relacionadas com maiores rendimentos e as de menor rendimento passaram a estar presentes no meio rural, e expandiu-se num ritmo mais lento, perdendo peso no total dos dados. Este conjunto promoveu uma melhoria palpável na vida cotidiana do trabalhador. No entanto, os autores Baltar *et al.* ainda salientam que estes movimentos significaram uma breve "reversão de várias tendências negativas, em curso desde o início dos anos 90, que avançaram ao longo da implementação das políticas econômicas neoliberais e de medidas correlatas que buscavam flexibilizar ainda mais o mercado de trabalho" (BALTAR *et al.*, 2010, p. 14).

Outro tipo de dado que deve ser salientado é o tempo de contrato de trabalho que pode ser observado na tabela 7:

Tabela 7: Evolução dos Vínculos de Emprego - Brasil: 1989-2008

	1989	1995	1999	2003	2008
Contrato por prazo indeterminado	20,729,491	18,284,300	19,182,600	22,361,112	30,547,223
Estatutário	2,638,781	4,545,992	4,537,091	5,439,922	6,818,849
Estatutário não efetivo	-	446,226	719,761	1,124,094	1,146,023
Avulso	109,577	90,549	124,636	115,731	90,767
Temporário/prazo determinado	84,656	307,198	409,307	461,050	684,177
Menor Aprendiz	-	-	7,429	27,643	133,973
Outros/ignorado	924,063	81,471	12,441	15,375	20,554
Total dos empregos protegidos	24,486,568	23,755,736	24,993,265	29,544,927	39,441,566

Fonte: MTE-RAIS (2008) citada por Baltar *et al.* (2010, p. 21)

Entende-se que apesar da expansão dos contratos de trabalho formalizados, os contratos temporários, entre 1995 e 2003, sofre uma intensificação. Após 2003, há uma relativa queda destes números, principalmente na esfera federal em face de um Termo de Ajuste de Conduta entre o Ministério Público do Trabalho e o Governo Central para a substituição desses servidores temporários e que podem ser demitidos (incluindo terceirizados) por concursados. O emprego com caráter temporário cresceu sempre. Em dados percentuais e considerando-se o ano de 1989 como sendo 100% , os valores auferidos respectivamente nos anos da tabela são de: 362,878% - 483, 49% - 544,62% e 808, 18%. Apesar destes dados serem elevados quando comparados com o ano de 1989, estes se constituem em valores muito pequenos em face dos empregos de contrato por prazo indeterminado no mesmo período. Colocando o ano de 1989 como sendo 100% e comparando-se com os valores dos anos seguintes obtém-se os seguintes

índices respectivamente: 88, 204% (houve uma retração neste primeiro momento) – 92,54% (ainda se percebe uma retração) – 107,87% e 147,36%. Apesar dos valores absolutos dos contratos temporários dentro do total, o crescimento continuado considerando o ano base de 1989, os dados apontam para uma tendência crescente em termos percentuais deste segmento de trabalho. No entanto, o ex presidente Lula não obteve um consenso no seu segundo governo. A grande reclamação apontada por Filgueiras e Gonçalves foi a continuidade da relação com o capital rentista neste período.

aprofundou-se o compromisso de repassar ao capital financeiro quantidades enormes da renda nacional sob a forma de pagamentos de juros da dívida pública: 8,2% do PIB, na média dos quatro anos contra 8% durante o segundo governo FHC, mais de R\$ 1 trilhão nos dois quadriênios somados. O declínio da dívida externa, que pesa favoravelmente na análise global da situação do país, é contrabalançada pelo aumento da dívida interna, que paga taxas de juros mais altas e vence em prazos mais curtos. A elevação dos superávits fiscais, que fez com que dobrasse o montante de recursos transferidos do patrimônio público para o segmento rentista (alcançou R\$ 330,9 bilhões no quadriênio), não impediu que a dívida interna aumentasse em R\$ 186 bilhões no mesmo período (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 143).

Os mesmos autores ainda apontam que o governo Lula deixou para trás a luta pelos direitos universais do trabalho, o quê, na visão destes autores levou a uma fragmentação da classe trabalhadora em face da implantação de políticas públicas de cunho assistencialista voltadas para os mais pobres entre os pobres. Nas palavras dos mesmos autores: “os que ainda têm emprego e acesso à seguridade social são considerados privilegiados e responsáveis pelo elevado grau de desigualdade existente no país” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 161). Os autores apontam que, ao promover uma política assistencialista com as pessoas mais pobres, o governo Lula promoveu uma divisão entre os trabalhadores que colocaria a classe média principalmente como cidadãos detentores de privilégios. Porém os autores Baltar *et al.* (2010) salientam que a melhoria foi ampla para todas as classes demonstrando que esta percepção acima mencionada era tão somente uma percepção subjetiva atrelada talvez a preconceitos.

No entanto, o aumento do assalariamento, a formalização dos contratos de trabalho, o aumento dos rendimentos – particularmente os menores, influenciados pelos impactos da elevação do poder de compra do salário mínimo –, as lutas sindicais e as conquistas de acordos e convenções coletivas com elevação real dos salários e a redução do desemprego contribuíram para a elevação das rendas das famílias, especialmente daquelas de menor nível de renda. As categorias mais organizadas e com maior rendimento médio também apresentaram elevação dos rendimentos, mas deve-se ressaltar a maior importância da política de progressivo aumento do valor real do salário mínimo, num contexto de crescimento econômico e da arrecadação pública, na elevação dos rendimentos do trabalho, especialmente favorecendo os segmentos de trabalhadores de menor renda, contribuindo, não somente, para a redução da elevada desigualdade existente na estrutura de rendimentos do trabalho, mas também na estrutura de renda familiar (Baltar *et al.*, 2010, p. 17).

Entende-se que a divergência de opiniões é saudável e que deve acontecer, contudo a satisfação da maioria é expressa na taxa de 87% em face de 4% que acharam seu governo ruim ou péssimo. Taxas, estas, citadas pelos próprios autores Filgueiras e Gonçalves.

2.1.3 Primeiro Governo Dilma (2011-2014)

O primeiro governo Dilma ainda estava inserido nos bons resultados alcançados pelo ex presidente Lula que saiu com excelentes índices de aprovação do seu governo. No entanto, o governo Dilma não contou com a mesma e benéfica situação econômica. No cenário internacional a redução no ritmo de crescimento dos países, principalmente emergentes, dentre os quais a China – grande parceiro comercial do Brasil – e a Índia, que se recuperavam da crise global, além da crise do euro e a efêmera recuperação econômica, davam o tom menos propício para a economia brasileira (CARLEIAL, 2015, p. 1).

Este governo da Dilma propôs uma série de medidas afim de estruturar a política econômica para a viabilização de metas e a recuperação da indústria e exportações industriais. Ela propunha a substituição do tripé por uma nova estruturação da política econômica com vistas a viabilizar as metas e a recuperação da indústria e das exportações industriais. A recessão econômica chegou e, com ela, o aumento do desemprego e a redução do investimento. Já Mello e Rossi (2017, p. 2) apontam que conforme a herança do governo Lula, “o modelo de crescimento não logrou i) modernizar a estrutura produtiva de forma a sustentar as transformações e, ii) incluir a mão de obra em setores de maior produtividade”. Também Silva (2017, p. 12) menciona que apesar de ter recebido do governo Lula um cenário com aspectos positivos quanto aos indicadores macroeconômicos, em especial a redução da desigualdade social e do desemprego. Porém, a mesma autora salienta que este modelo baseado no consumo de massa por meio da oferta de crédito chegou no seu limite no governo Dilma. Já a autora Carleial (2015, p. 1) esclarece o seguinte: “o estopim para a decisão de implementar o ajuste neoliberal parece ter sido a confirmação de um déficit de 0,6% do PIB brasileiro, em 2014, após 17 anos de superávits consecutivos”.

De forma que houve a redução de impostos para indústrias, desonerações das folhas de pagamento para que as mesmas contratassem mais, gerando, assim, mais empregos ou evitando o desemprego. Era uma tentativa de injetar recursos no capital produtivo motivando-o a investir mais na produção real em detrimento do capital especulativo (SANTOS, 2017, p. 36). Quanto ao índice de empregos por grau de instrução, percebe-se que houve um aumento geral nos

rendimentos das mulheres na ordem de 1,89%, ao passo que os homens obtiveram um aumento geral de 1,83%. Os dados demonstram que a presidente começou seu primeiro mandato com medidas fiscal e tributária restritivas colocadas no primeiro semestre de 2011. Em face da grave crise internacional que produziu reflexos no país, passou-se a adotar medidas anticíclicas pautadas nas medidas de redução das taxas de juros, o quê, na prática, permitiu e facilitou o acesso ao crédito. Neste sentido, o governo Dilma foi marcado por uma política macroeconômica que ia do industrialismo para a austeridade. A ideia de implantar um mercado de consumo de massa que sustentasse o mercado interno ainda é um norte. Quanto ao trabalho, apesar da desaceleração das taxas do PIB no acumulado dos últimos 4 trimestres do ano de 2014 no qual elevou-se o nível de emprego formal quando comparado com o ano anterior, representando um aumento absoluto de 623.077 postos de trabalho.

Tabela 8 - Brasil - Números de Empregos, Variação Absoluta e Relativa

ANO	Nº EMPREGOS	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO RELATIVA (%)
1985	20.492.131	-	-
1986	22.164.306	1.672.175	8,16
1987	22.617.787	453.481	2,05
1988	23.661.579	1.043.792	4,61
1989	24.486.568	824.989	3,49
1990	23.198.656	-1.287.912	-5,26
1991	23.010.793	-187.863	-0,81
1992	22.272.843	-737.950	-3,21
1993	23.165.027	892.184	4,01
1994	23.667.241	502.214	2,17
1995	23.755.736	88.495	0,37
1996	23.830.312	74.576	0,31
1997	24.104.428	274.116	1,15
1998	24.491.635	387.207	1,61
1999	24.993.265	501.630	2,05
2000	26.228.629	1.235.364	4,94
2001	27.189.614	960.985	3,66
2002	28.683.913	1.494.299	5,5
2003	29.544.927	861.014	3
2004	31.407.576	1.862.649	6,3
2005	33.238.617	1.831.041	5,83
2006	35.155.249	1.916.632	5,77
2007	37.607.430	2.452.181	6,98
2008	39.441.566	1.834.136	4,88
2009	41.207.546	1.765.980	4,48
2010	44.068.355	2.860.809	6,94
2011	46.310.631	2.242.276	5,09
2012	47.458.712	1.148.081	2,48
2013	48.948.433	1.489.721	3,14
2014	49.571.510	623.077	1,27

Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/TEM citada por Carleial (2015, p. 15) e adaptada pela autora (2022)

Isto mantém um ritmo que vinha ocorrendo anteriormente de crescimento, porém com menor intensidade. Os setores da economia que mais contribuíram para a criação de postos de emprego formal no ano de 2014 foram ‘Serviços (+587,5 mil postos ou +3,51%) e Comércio (+217,0 mil postos ou +2,28%). Em contraste, aqueles que tiveram as maiores quedas foram: Indústria de Transformação (-121,7 mil ou -1,47%) e Construção Civil (-76,9 mil ou 2,66%)’ (SANTOS, 2017, p. 33).

Já a tabela 9 abaixo aponta para o crescimento do setor de serviços em detrimento dos postos de trabalho na indústria principalmente. O setor da construção civil apresentou uma retração de 76,9 mil postos de trabalho refletindo a perda de fôlego do dinamismo do consumo das famílias brasileiras em face do aumento das taxas de juros e menor acesso ao crédito para este setor.

Tabela 9 - Brasil - Número de Empregos em 31/12 por Setor e Subsetor de Atividade Econômica

Setor/Subsetor de Atividade Econômica	2013	2014	Varição Absoluta	Varição Relativa (%)
Extrativa Mineral	261.383	257.606	-3.777	-1,45
Indústria de transformação	8.292.739	8.171.022	-121.717	-1,47
Prod. Mineral Não Metálico	457.617	454.512	-3.105	-0,68
Indústria Metalúrgica	808.909	770.894	-38.015	-4,70
Indústria Mecânica	653.809	633.030	-20.779	-3,18
Elétrico e Comunic	308.612	297.181	-11.431	-3,70
Material de Transporte	631.129	591.072	-40.057	-6,35
Madeira e Mobiliário	485.543	480.545	-4.998	-1,03
Papel e Gráf	407.051	405.698	-1.353	-0,33
Borracha, Fumo, Couros	341.875	337.446	-4.429	-1,30
Indústria Química	952.017	950.919	-1.098	-0,12
Indústria Têxtil	1.017.429	997.677	-19.752	-1,94
Indústria Calçados	327.895	309.288	-18.607	-5,67
Alimentos e Bebidas	1.900.853	1.942.760	41.907	2,20
Serviços indust. de utilidade pública	444.674	450.098	5.424	1,22
Construção Civil	2.892.557	2.815.686	-76.871	-2,66
Comércio	9.511.094	9.728.107	217.013	2,28
Comércio Varejista	7.926.938	8.087.377	160.439	2,02
Comércio Atacadista	1.584.156	1.640.730	56.574	3,57
Serviços	16.726.013	17.313.495	587.482	3,51
Instituição Financeira	850.020	865.950	15.930	1,87
Adm Técnica Profissional	5.403.983	5.511.578	107.595	1,99
Transporte e Comunicações	2.724.142	2.779.158	55.016	2,02
Aloj Comunic	4.155.941	4.317.987	162.046	3,90
Médicos Odontológicos Vet	1.801.485	1.918.019	116.534	6,47
Ensino	1.790.442	1.920.803	130.361	7,28
Administração Pública	9.340.409	9.355.833	15.424	0,17
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.479.564	1.479.663	99	0,01
TOTAL	48.948.433	49.571.510	623.077	1,27

Fonte: CGET/DES/SPPE/TEM citada por Carleial (2015, p. 16)

E nas tabelas 10 e 11 pode-se observar a variação dos empregos formais para grau de instrução e gênero respectivamente entre 2013 e 2014 são apresentadas enquanto variação absoluta e relativa.

Tabela 10 - Estoque de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa por Grau de Instrução IS – CGET/DES/SPPE/TEM

GRAU DE INSTRUÇÃO	2013	2014	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)	Participação Mulher (%)	
	Total	Total	Total	Total	2013	2014
Analfabeto	163.039	156.579	-6.460	-3,96	13,20	14,02
Até 5º Incompleto	1.514.951	1.445.544	-69.407	-4,58	22,99	23,10
5º grau Completo Fundamental	1.684.460	1.537.913	-146.547	-8,70	27,40	27,45
6º a 9º Fundamental	3.200.199	3.021.756	-178.443	-5,58	28,66	29,21
Fundamental Completo	5.598.269	5.359.976	-238.293	-4,26	32,21	33,39
Médio Incompleto	3.723.884	3.653.295	-70.589	-1,90	35,13	35,52
Médio Completo	22.137.706	22.851.703	713.997	3,23	44,15	44,07
Superior Incompleto	1.879.225	1.869.099	-10.126	-0,54	52,17	52,28
Superior Completo	9.046.700	9.675.645	628.945	6,95	58,93	58,86
Total	48.948.433	49.571.510	623.077	1,27	42,79	43,25

Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/TEM (2014, p. 10) adaptada pelo autor (2022).

Percebe-se que a quantidade de tempo do ensino dos trabalhadores, apesar de ter aumentado bastante o número de pessoas com curso superior ainda existem analfabetos. Isto é reflexo da desindustrialização brasileira. O serviço executado pelo trabalhador numa indústria demanda conhecimentos técnicos e específicos. Países industrializados buscam que sua população tenha acesso a um tempo maior de escolaridade e uma educação de qualidade. O que torna a educação crucial para o desenvolvimento como defende Dowbor (2021):

Considerando que a educação está no centro de uma revolução digital que atinge todos os setores de atividade humana. Mais de que um modelo, a educação precisa se organizar para uma dinâmica acelerada de autotransformação:

- Ver a educação como subsistema da geração de uma dinâmica de enriquecimento científico-tecnológico-cultural da sociedade, com políticas integradas que envolvem praticamente todos os setores de atividade;
- Articular os ministérios da Educação, de Ciência e Tecnologia e da Cultura, junto com os centros universitários de pesquisa, na formulação de uma estratégia integrada de geração e disseminação do conhecimento;
- Assegurar os processos colaborativos e de livre acesso ao conhecimento, como é o CORE (*China Open Resources for Education*) na China, o OCW (Open Course Ware) no MIT dos Estados Unidos e numerosas outras iniciativas (DOWBOR, 2021, p. 152).

Conforme o exemplo oferecido pelo Dowbor, a China, que vem assumindo um papel de destaque com uma economia industrializada e que tem crescido investiu na educação.

Tabela 11 – Estoque de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa por Gênero IS-CGET/ DES/SPPE/TEM

GRAU DE INSTRUÇÃO	2013		2014		Variação Absoluta		Variação Relativa (%)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Analfabeto	141.524	21.515	134.630	21.949	-6.894	434	-4,87	2,02
Até 5º Incompleto	1.166.705	348.246	1.111.552	333.992	-55.153	-14.254	-4,73	-4,09
5º grau Completo Fundamental	1.222.981	461.479	1.115.800	422.113	-107.181	-39.366	-8,76	-8,53
6º a 9º Fundamental	2.283.078	917.121	2.139.074	882.682	-144.004	-34.439	-6,31	-3,76
Fundamental Completo	3.795.330	1.802.939	3.623.784	1.736.192	-171.546	-66.747	-4,52	-3,70
Médio Incompleto	2.415.797	1.308.087	2.355.614	1.297.681	-60.183	-10.406	-2,49	-0,80
Médio Completo	12.363.760	9.773.946	12.780.753	10.070.950	416.993	297.004	3,37	3,04
Superior Incompleto	898.822	980.403	891.954	977.145	-6.868	-3.258	-0,76	-0,33
Superior Completo	3.715.634	5.331.066	3.980.489	5.695.156	264.855	364.090	7,13	6,83
Total	28.003.631	20.944.802	28.133.650	21.437.860	130.019	493.058	0,46	2,35

Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/TEM (2014, p. 10) adaptada pelo autor (2022)

2.1.4 Segundo Governo Dilma (2015-2016)

Quanto ao segundo governo Dilma as previsões iniciais davam conta de que “O PIB deverá retrair-se em 3,71% em 2015 e 2,95% em 2016, segundo a pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2015” (PINTO *et al.*, 2016, p. 2).

Apesar do fracasso e dos legados negativos, o industrialismo foi capaz de manter as taxas de desemprego em níveis historicamente baixos, promovendo o aumento da renda e da massa salarial. Ao longo da maior parte do período, a mobilidade social permaneceu forte (QUADROS, 2014 citado por MELLO; ROSSI, 2017, p. 33).

De modo que o resultado do primeiro governo, em termos de ascensão da classe pobre não foi de todo ruim. Já no seu segundo mandato, iniciado em 2015, a conjuntura econômica já não estava tão propícia. A aclamada nova matriz econômica dava sinais de desgaste, o objetivo da mesma em promover a redução do desemprego através do investimento privado naufragou. Entende-se que a elevação do faturamento das indústrias não foi revertido para a geração de novos postos de trabalho. Desta forma, “a circulação do dinheiro como capital é [...] uma

finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado [...] por isso o movimento do capital é insaciável” (MARX, 1986, p. 272).

Ao lado das condições externas desfavoráveis, este quadro resulta, em primeiro lugar, do drástico ajuste fiscal implantado no segundo governo Dilma, contrariando vergonhosamente suas promessas de campanha de um tratamento mais equilibrado. Em segundo lugar também devem ser considerados os impactos nos investimentos e na atividade econômica que a operação Lava Jato provocou na importante cadeia do petróleo (QUADROS, 2015, p. 15).

Neste ambiente, os índices de trabalho não foram tão auspiciosos quanto os anteriores. O rendimento médio real habitual da população ocupada, que em fev/14 era de R\$ 2.420,05 - fev/15 era de R\$ 2.407,53 - fev/16 era de R\$ 2.227,50 conforme o IBGE. Percebe-se a perda de rendimentos por parte das famílias brasileiras. A taxa de desocupação foi aumentando neste período, como mostra a tabela 12 que, combinada com a tabela 13 que mostra a taxa de Trabalho com carteira assinada entre os anos de 2014 a 2017, mostrando a situação em que se encontrava o segundo governo Dilma.

Tabela 12 - Taxa de Desocupado

<i>Taxa de Desocupado - Brasil (em %)</i>				
<i>Ano</i>	2014	2015	2016	2017
<i>Dez-Jan-Fev</i>	6,8	7,4	10,2	13,2

Fonte: IBGE citado por Galdino (2018, p. 19)

Tabela 13: – Trabalho com Carteira Assinada – 2014 a 2017

Redução de trabalho com carteira assinada	
Comparativo	2014 a 2017
Redução	3,3 milhões

Fonte: IBGE citado por Galdino (2018, p. 20)

No ano de 2017, os dados do PNAD contínua do IBGE, comparando o primeiro e o último trimestres destes anos em tela, mostram que o número de empregos – ocupados – sofreu uma ligeira alta, passando de 90,3 milhões de empregados para 92,1 milhões. No entanto, esta alta se deu mediante o aumento de trabalhos informais, ou seja, sem vínculos empregatícios. Trata-se do aumento da terceirização, da assim denominada “pejotização” ou “uberização” em referência ao aplicativo UBER. Entre dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, o desemprego atingiu 12,6% da PEA, ou seja, 13,1 milhões de pessoas. Isto gerou graves consequências, como

a política de corte de gastos, a insatisfação popular e o impeachment da presidente Dilma (GALDINO, 2018, p. 23).

2.1.5 Governo de Transição pós *Impeachment* - Michel Temer (2017-2018)

Na esteira de uma grave situação econômica, o presidente Michel Temer chega ao palácio do Planalto para implementar medidas de austeridade fiscal, uma política severa de corte de gastos e uma reforma nas leis da CLT que penalizaram muito os trabalhadores. Todavia, como observa Galvão (2008, p. 155), “o neoliberalismo não torna o Estado e suas instituições irrelevantes, mas as reconfigura, assim como suas práticas”. De forma que o Estado passa a servir única e exclusivamente a uma classe social em total detrimento das outras.

O professor Luiz César de Queiroz Ribeiro (2020, p. 3) aponta para a existência de uma inflexão ultraliberal no Brasil a partir de 2015/16. Inflexão porque houve uma “ruptura a certas dinâmicas associadas a um padrão de organização social do território. De 1988 até 2015 houve um convívio combinado e concorrente de um *laissez faire* urbano e um regime de reprodução social baseado na reciprocidade e redistribuição” (Ribeiro, 2020: 3). E o temo ultra liberal deve-se à existência de uma desregulação que aconteceu de maneira acelerada “para a desarticulação dos sistemas de proteção existentes e para liberação das forças de mercado das amarras institucionais contingentes. A quebra institucional prescinde da construção de um consentimento social amplo que legitima as reformas implementadas” (RIBEIRO, 2020, p. 5).

Neste processo de reestruturação capitalista, a nova reforma trabalhista sucateou as leis do trabalho além de mitigar a intervenção institucional da fiscalização trabalhista, reduzindo-lhe os instrumentos de ação. O objetivo central destas reformas torna o capital financeiro mais livre mediante a flexibilização nos contratos trabalhistas. A mão de obra mais barata e com menos direitos e com menor cobertura da lei, fica exposta a uma ideologia de individualismo.

O cenário em que a fiscalização do trabalho atua, contudo, como vimos, é composto no momento por movimentos de alteração normativa que estimulam a maleabilidade das relações, a flexibilidade dos contratos, o elogio à produtividade e à competitividade, a preocupação constante com parâmetros econômicos e, derradeiramente, com normas programáticas de enaltecimento da cidadania individual no local de trabalho. É marcado pela perda de representatividade do paradigma do contrato individual de trabalho prazo indeterminado, pela estagnação das conquistas de direitos materiais do trabalho (BIBIANI, 2003, p. 95).

Isto leva a relembrar a ideia da atomização da sociedade vista em Gramsci promovida pela precarização da atuação dos sindicatos que, historicamente, uniam os trabalhadores em

torno de um objetivo em comum. A própria desindustrialização também ajuda a dispersar os trabalhadores ainda mais. De modo que o Governo de Michel Temer foi marcado pela retomada – se é que, em algum momento se perdeu o controle – do controle do Estado por uma elite que privilegia o capitalismo rentista.

2.1.6 Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022)

O governo de Jair Bolsonaro seguiu dando continuidade ao desmonte das políticas públicas de proteção ao trabalhador por meio da redução da capacidade de fiscalização. O discurso predominante é o de menos direitos e mais empregos.

Com a ofensiva do capital nas últimas décadas, que incluiu a disseminação e a incorporação desse discurso por grande parte da sociedade⁵², as forças neoliberais quase conseguiram aprovar a prevalência do negociado sobre a legislação para a regulação do direito do trabalho no Brasil, inclusive com aprovação em primeiro turno no Senado. Outro argumento bastante comum nos meios empresariais, baseado nas premissas neoliberais, senão o mais apelativo, é que a retirada de direitos trabalhistas provocaria o aumento do emprego e da formalização dos contratos [...] (FILGUEIRAS, 2012, p. 59).

Na prática, este discurso não encontrou eco. A tabela 14 aponta que entre o 3º trimestre de 2017 e o 3º trimestre de 2018, período no qual houve a implantação prática da reforma trabalhista, o número de sub ocupados formais cresceu em valores absolutos cerca de 480 mil, ao passo que o número de ocupações formais cresceu apenas 100 mil postos.

Tabela 14: Sub Ocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas de 14 anos ou mais de Idade por Contribuição para Previdência 3º Trimestre do Ano - Brasil

<i>Contribuição</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>15-18</i>	<i>17-18</i>
Sim	1.227.270	1.025.927	1.364.285	1.465.479	19,4%	7,4%
Não	4.306.229	3.773.887	4.912.148	5.393.092	25,2%	9,8%
Total	5.533.499	4.799.814	6.276.433	6.858.571	23,9%	9,3%

Fonte: Microdados PNADCT/IBGE -

De forma que para o trabalhador nem emprego e nem direitos, o que restou foram os trabalhos definidos como bicos, sem vínculos empregatícios que assegurassem minimamente uma certa estabilidade ao mesmo. Neste período, a reforma da previdência foi um assunto colocado em pauta entre os legisladores, mas que foi logo desestimulada a discussão sobre ele dado a proximidade com o período eleitoral.

2.2 Análise comparativa e discussão dos resultados

Nesta parte, far-se-á a análise e discussão de resultados a partir do que foi descoberto e apontado na pesquisa. Desta forma traçar-se-á uma comparação entre os diversos governos neste período buscando salientar suas continuidades e rupturas, além das convergências e divergências de forma a construir um desenho acerca do trabalho neste período, sem perder de vista todo o arcabouço teórico sobre as formas de trabalho e as fases do capitalismo, em especial, o neoliberalismo. Inicia-se esta discussão através do seguinte fato citado por Santos e Jakobsen (2020, p.17-18):

A Oxfam acabou de publicar um estudo demonstrando que as famílias mais ricas do mundo acumulam um patrimônio de US\$ 1,4 trilhões e que somente a fortuna dos donos da Walmart ampliou-se em US\$ 25 bilhões nos últimos meses. Além deles, a renda de 73 bilionários da América Latina aumentou em US\$ 48,2 bilhões e de 42 brasileiros, em US\$ 34 bilhões durante a pandemia (2020). Esses dados sugerem que esses bilionários se apropriaram de alguma maneira de parte da ajuda financeira concedida pelos governos ao setor privado.

A partir desta constatação evidencia-se que a maior parte da população tem visto sua renda diminuir, ao passo que uma minoria consegue aumentar sua renda mesmo num cenário no qual as pessoas estão consumindo menos, existe menos dinheiro em circulação. A constatação de que tais milionários tenham se apossado da ajuda financeira concedida pelos governos ao setor privado ganha consistência com a notícia de que o Banco Central repassou 1,216 trilhão de reais para os bancos brasileiros no dia 23 de março de 2020 como medida para enfrentar a pandemia da Covid 19 no Brasil, o que equivale a 16,7% do PIB (INFOMONEY, 2020, p. 1). Este valor deveria ser destinado para emprestar para pessoas jurídicas e físicas de forma a manter a economia em funcionamento. Na prática, as regras para o empréstimo bancário foram bastante endurecidas e os bancos não precisaram apresentar nenhuma contrapartida ao dinheiro do governo.

Esta situação, embora não seja novidade, é o resultado de uma conjuntura nacional e mundial que constitui-se no denominador comum a todos os governos em tela, e que, principalmente produzem reflexos nos contextos de trabalho. Conforme já foi mencionado anteriormente, depois dos anos de 1950 houve um embate, cada vez mais forte, entre o Keynesianismo e o liberalismo ou neoliberalismo que determinou os moldes como o trabalho é visto.

A grande mudança do trabalho começou com a mudança entre o modo de produzir artesanal e o modo de produção industrial. O aumento da produtividade gerando valor sobre a apropriação da mais valia dos trabalhadores. Os trabalhadores passaram a não ter acesso ao

produto do seu trabalho em amplas linhas de montagem – o fordismo – que buscava produzir uma maior quantidade de mercadorias num curto espaço de tempo. Os trabalhadores passam a ser considerados clientes em potencial mesmo para produtos mais caros como carros por exemplo na medida que o Estado forneceria uma série de benefícios para os cidadãos nas áreas de saúde, educação, etc. Os cidadãos teriam o salário livre para consumir produtos de valor mais alto já que poderiam contar com uma educação ou saúde de qualidade fornecida pelo Estado. Esta situação vigorou até meados da década de 1970.

O advento da tecnologia e da globalização corroborou com o crescimento e a expansão do capital foram sendo ampliadas, como aponta Marx quando defende que: “quanto mais elevado o desenvolvimento do capital, tanto mais ele aparece como obstáculo da produção”. (MARX, 2011, 340). De forma que os industriais passaram a reduzir a produtividade de bens físicos e serviços dado que nesta nova fase do capitalismo – o neoliberalismo – o sistema financeiro forneça um aumento maior do capital do que se o mesmo estivesse empregado na produção. A produção de bens materiais ou serviços gerava muitos custos e a mais valia explorada dos trabalhadores já estava no limite dado que as indústrias sofreram processos de automação e distribuição das plantas buscando sempre alternativas que reduzam os custos. A automação entra neste contexto na medida que o sistema automatizado tem reduzido a necessidade da mão de obra. Ao que Mattick (1983) também aponta que:

Os recursos [monetários] disponíveis para o investimento são determinados pela massa de lucro e não pela sua taxa. Mesmo que a taxa de lucro caia, cada capitalista individual apropria-se de uma massa maior de lucro e, portanto, possui os recursos necessários para financiar tanto o seu consumo como o seu reinvestimento (MATTICK; 1983, p. 59).

A desindustrialização do Brasil tem alcançado índices alarmantes num curto intervalo de tempo, como aponta Pochmann (2020, p. 34) “com a reprimarização da pauta de exportação e a precoce desindustrialização, a terciarização econômica foi antecipada, mostrando-se anêmica ao expansionismo do conjunto das atividades produtivas, levando à regressão do Brasil a menos de 2% do PIB mundial”. Esta desindustrialização tem promovido o intenso inchaço do setor de serviços. Com o advento do mercado de especulação, os detentores do capital tem colocado parte expressiva da sua riqueza nas bolsas de valores, retirando-as das fábricas e indústrias, fazendo crescer um capital fictício em detrimento de um capital real. “A sociedade burguesa, (...) que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. (...) O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio” (MARX, ENGELS, 2007, 45).

Quanto ao papel do Estado, este passou a ser cooptado pelos donos do capital. Um Estado mínimo permite o avanço do capital para onde ele ainda pode crescer, seja através da dívida pública, seja através de isenções fornecidas pelo Estado, seja pela privatização das empresas públicas. Um Estado que mantenha suas contas em dia - dado que grande parte dos financistas detenham títulos da dívida pública – recorrendo, para isto, da redução do atendimento ao cidadão quanto à saúde, a educação, a previdência, entre outros. Com o plano real, FHC colocou os três pilares da economia brasileira então chamado tripé macroeconômico.

O primeiro governo Lula, apesar de ter promovido uma democratização da tomada de decisão das políticas públicas, manteve o tripé macroeconômico (responsabilidade fiscal, meta de inflação e câmbio flutuante), herança do governo FHC e que abriu a economia brasileira para a financeirização diante da desregulamentação do capital rentista. O sucesso do comércio entre o Brasil e China ajudou a alavancar o Produto Interno Bruto – PIB do país e a geração de empregos, além do ganho real para o salário mínimo. Compreende-se que o governo Lula buscou pautar o desenvolvimento do país no consumo interno, fomentando o consumo das classes mais baixas, o que ocorreu mediante a distribuição de renda com programas do tipo bolsa família, rígido controle da inflação, gerando um crescimento a partir do aumento do poder de compra do cidadão da classe média baixa e pobre.

O poder de consumo limitado da massa da população seria de fato uma barreira à acumulação sustentada de capital se o consumo fosse a força motriz da acumulação. Todavia, para o Marxismo a força motriz da acumulação capitalista não é o consumo mas o lucro. (...) O capitalista não investe por causa de uma procura adicional já existente, o capitalista investe de modo a reduzir os seus custos de produção e a aumentar a sua taxa de lucro, portanto, para ganhar uma fatia maior do mercado existente à custa dos seus concorrentes. Porém, o resultado deste investimento é o aumento da procura total por força de trabalho e por meios de produção (...). Desde que o excedente apropriado pelos capitalistas seja consumido ou reinvestido por eles (ou emprestado a outros que o reinvestem), as despesas de consumo e de investimento dos capitalistas providenciarão a procura acrescida correspondente à oferta acrescida de produtos. O poder de consumo limitado da massa da população é tão somente o outro lado da massa de lucro crescente apropriada pelos capitalistas. (...) [N]ão há nenhuma razão para que a massa de lucro em ascensão não seja reinvestida produtivamente, sendo que quanto maior for a taxa de lucro tanto mais rápida será a acumulação de capital. Na medida em que este reinvestimento toma lugar, não há nenhuma razão para que a acumulação de capital seja entravada pelos limites do mercado (...). O poder de consumo limitado da massa da população não é uma barreira à acumulação continuada porque a força motriz da acumulação capitalista não é o consumo mas a produção e a apropriação de mais-valia (CLARKE, 1994, 33-34).

A ideia era a de que o consumo interno permite uma expansão da industrialização ou (re) industrialização proporcionando trabalho para a população e atraindo os capitalistas para voltarem a investir nas indústrias. De forma geral, os autores Santos e Jakobsen (2020) trazem

uma leitura resumida de todo o processo de industrialização e desindustrialização ocorridos no país:

Apesar de ter um notório aumento em sua estrutura de produção entre 1930 e 1970 e o avanço da industrialização e da sociedade urbana, o Brasil sofreu com duas décadas perdidas sendo 1980 e 2010, e também com três estagnações ocorridas nos últimos quarenta anos, com destaque pela forte desindustrialização seguida da volta de valorização dos produtos primários inseridos na Divisão Internacional do Trabalho. Este episódio do Brasil foi caracterizado pela redução do país em um âmbito global no que tange a produção, que passou de 3,2% do PIB, em 1980, para 2% em 2019, e foi neste período que ocorre a passagem antecipada para uma sociedade de serviços (SANTOS; JAKOBSEN, 2020, p. 34).

Caminha-se a passo largo para uma sociedade pautada em serviços e na extrema desigualdade social, de forma que as pessoas, as necessidades reais, concretas das mesmas assumem um papel cada vez menos relevante. Este governo foi beneficiado pelo crescimento chinês que demandava compras de *commodities*, o que refletiu no PIB. Isto permitiu uma política de mitigação do neoliberalismo que já se entranhava no Brasil.

O governo Dilma quis seguir na mesma linha, mas a conjuntura internacional não lhe propiciou o mesmo êxito na medida que a China teve uma refreada no crescimento. Neste sentido, a presidente apostou numa retomada da industrialização através de isenção de impostos. No entanto, apesar de receber os incentivos e de obter lucratividade, os industriais não aumentaram os postos de trabalho corroborando com o que Santos e Jakobsen apontaram.

A grave crise econômica decorrente disto serviu de alicerce para o *impeachment*, tendo em vista a insatisfação da população seguido das reformas e medidas de austeridade fiscal do governo Temer. O famoso ou o emprego ou os direitos. Tais medidas foram aprofundadas no primeiro ano do governo Bolsonaro, acompanhadas de um sucateamento da fiscalização do trabalho, seja por medidas normativas, seja pela falta de pessoal e material, tornando a sociedade pautada na uberização do trabalho e no fomento da ideologia do empresário de si mesmo. Uberização, esta, que é a consequência da financeirização da economia brasileira.

Quando as funções técnicas do dinheiro, no processo de circulação do capital produtivo, transformam-se em função autônoma de um capital particular, surge o capital financeiro que, ao estruturar-se nos bancos e demais instituições financeiras, permite amplo desenvolvimento do chamado sistema de crédito (MOLLO, 2011, p. 451).

O que leva o autor Meacci (1998, p. 194), por exemplo, afirma que “... *the money capital lent to (deposited at) a bank is in turn turned into nothing but a claim on the bank, and therefore again into fictitious capital*”. Que, numa tradução livre do autor, diz: “o capital monetário emprestado (depositado) a um banco é, por sua vez, transformado em nada além de um crédito

sobre o banco e, portanto, novamente em capital fictício”. Num exemplo bastante pragmático diz que:

o dono do dinheiro, para valorizar seu dinheiro como capital, cede-o a terceiro, lança-o na circulação, faz dele a mercadoria capital; capital não só para si, mas também para os outros; é capital para quem o cede e a priori para o cessionário, é valor que possui o valor de uso de obter mais-valia, lucro.... (MARX, 1974, p. 397).

Em face do capital financeiro, a força de trabalho perde seu valor de forma substancial já que é dinheiro gerando dinheiro sem passar pela mercadoria. Como cada trabalhador oferece sua força de trabalho para gerar mercadorias e, complementando este raciocínio com a constatação de que o capital cresce muito mais enquanto capital financeiro. Além disto, vale destacar que o capital vai para onde tem possibilidade de crescer mais. Juntando estas premissas, constata-se que os capitalistas tem retirado seus investimentos da indústria e vai repassando-os para a financeirização empurrando os trabalhadores para o setor de serviços. Todas estas situações, atuando em conjunto, levam a um esgarçamento do tecido social, principalmente tendo em vista que o neoliberalismo traz à tona um individualismo, uma ideologia da meritocracia, do empresário de si mesmo que como aponta o filósofo Byung Chu Ham acaba aprisionando os indivíduos, atomizando-os, como defendia a primeira ministra inglesa Margaret Thatcher. Esta senhora, no auge do seu governo, defendia que a sociedade não existe, o que, de fato, existe é o indivíduo e sua família.

A situação na qual se encontra os trabalhadores hoje é decorrente de uma série de situações que são consequências da financeirização das economias. Dentre estas pode-se observar o amplo uso das tecnologias de informação, a expansão da *internet*, a expansão da *internet*, o fim do lastro em ouro, as dívidas decorrentes do Estado de Bem Estar Social, a perda de lucro através da mais valia em face do processo de automatização das indústrias, a desindustrialização, entre outras situações afins.

Hoje, o grande desafio dos governos é enfrentar o sucateamento das relações trabalhistas por meio da revogação das leis trabalhistas perdidas ou pela criação de novos direitos mais consoantes com o novo cenário mundial. Neste sentido, há que se debater, profundamente o papel dos aplicativos dentro deste cenário, dado que a “uberização” passe também por eles.

CONCLUSÃO

Os anos analisados em questão possuem diferenças gritantes entre si, mas não diametralmente opostas. Os governos do presidente Lula promoveram uma pequena redução nas desigualdades sociais na medida em que promoveu uma maior transferência de renda através do programa que já existia, o bolsa família. Neste período também houve a intensificação do comércio de *commodities* com a China, e isto refletiu beneficentemente na macroeconomia. Os salários puderam ser acertados acima da inflação, o quê, na prática, permitiu o acesso da população a bens e serviços. Esta constatação permitiu que a roda da economia girasse, o mercado interno conseguiu manter o consumo de forma a permitir que as indústrias contratassem mais.

O Governo Dilma, apesar de não contar com o mesmo cenário internacional que beneficiou o governo Lula, ainda manteve fôlego centrado no mercado interno e chegou a uma situação de pleno emprego na qual as pessoas poderiam escolher entre os postos oferecidos. No entanto, com as crises econômica e política que emergiram à época, a presidenta Dilma sofre um processo de *impeachment* e o seu vice, Michel Temer, assume promovendo uma série de mudanças que se constituíram num movimento giratório. Uma das primeiras providências do governo de Temer foi a Emenda Constitucional – EC nº 95 que ficou conhecida como a PEC da morte ou a EC do teto de gastos públicos. Esta emenda estabelecia um limite superior para os gastos públicos com a população deixando os pagamentos da dívida pública fora deste teto. Desta forma o Estado Providência ia reduzindo seu tamanho na vida do cidadão. O mesmo presidente colocou, na ordem do dia, uma reforma trabalhista que dilacerou a CLT, diminuindo os encargos trabalhistas para empresários e fornecendo-lhes mais segurança jurídica. A finalidade desta reforma seria a criação de postos de trabalho, mas o que se viu, na prática, foi a redução da oferta de trabalho e os que eram oferecidos não tinham mais o mesmo caráter protetor ao trabalhador que os antigos postos possuíam.

Chega o governo Bolsonaro, o enxugamento do Estado voltou a ser um assunto na ordem do dia na imprensa. A reforma da previdência, aprovada em 2020, retira de uma grande parte dos trabalhadores a possibilidade de se aposentarem. O contrato verde amarelo chegou trazendo a redução proporcional da jornada de trabalho, entre outros pontos bastante polêmicos, todos com foco na proteção ao empregador em detrimento do trabalhador, promovendo um esgarçamento ainda maior da CLT. Esta medida provisória – MP não passou, no entanto as ideias nela inseridas ainda pululam no executivo e podem voltar como a carteira verde amarela.

A precarização das relações trabalhistas trouxe à tona os homens cavalos, trabalhadores, que literalmente ou não, trabalham sem nenhuma garantia ou proteção tendo apenas a obrigação de ganhar o pão de cada dia, literalmente. Trabalham por mais de doze horas e, além de não ganharem tanto quanto antes, a inflação solapa parte da sua renda. O engessamento da mobilidade sindical foi um fator essencial quanto a redução, a limitação da atuação dos sindicatos de forma a dividir os trabalhadores. A ideologia, enquanto uma superestrutura vigente, atuou no sentido de fomentar a ideia de que o trabalhador, agora, é empresário de si mesmo, levando a rua milhares de motoboys e bikeboys, por exemplo, a ganharem a vida fazendo entregas – de comida principalmente – sem o mínimo de proteção trabalhista pelos aplicativos.

Nas grandes capitais muitas imagens ilustram este entendimento; seja o catador puxando sua carroça para buscar material reciclável equilibrando em meio a um trânsito, cada vez mais intenso sob o risco de acidentes. Neste mesmo trânsito, observa-se o motoboy e o *bikeboy*, ambos trabalhando na entrega de comida, muitas vezes famintos, sem a mesma proteção. O caso mais emblemático é o do entregador do Rappi Thiago de Jesus Dias, de 33 anos que sofreu um acidente vascular cerebral - AVC, durante uma entrega no bairro de Perdizes em São Paulo no dia 6 de setembro de 2019¹. Conforme esclareceu a cliente, a advogada Ana Luísa Pinto, que ao entrar em contato com o aplicativo para pedir socorro para o motoboy, foi instruída de que deveria ser feito para destravar as entregas permitindo a fluidez do processo produtivo sem mencionar o apoio ao parceiro Thiago que veio a falecer no dia 8 no hospital. Este caso é, aqui, retratado para ilustrar a conclusão deste trabalho. O capitalismo avançado não precisa mais das pessoas por isto está acontecendo o sucateamento das relações trabalhistas.

¹ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/11/entregador-de-aplicativo-tem-avc-durante-entrega-e-morre-apos-aguardar-2-horas-por-socorro-em-sp.ghtml>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ALMEIDA, Gelson Rozentino de. O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a Reforma Sindical. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 54-64 jan./jun. 2007.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. In:----- **Trabalho, alienação e consumo**. Filosofando: Introdução à Filosofia.4ª ed. São Paulo: Moderna. 2009 (66-79).

ARISTÓTELES. **Política**. Cap. II 1254b6 e cap. VIII 1329a. Brasília: UnB, 1985.

AZEVEDO, Gislaíne Campos. SERIACOPE, Reinaldo. **História: Volume único**. 1ª ed. São Paulo: Ática. 2005.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. *Et al.* Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. GLU – *Global Labour University Working Papers Paper* nº 9 May 2010.

BIBIANI, Alexandre Albernáz. **Inspeção do Trabalho e sua trajetória no Brasil: articulações possíveis entre cidadania e trabalho**. Dissertação (mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais).Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 2003.

BÍBLIA SAGRADA. Livro do Genesis.

BOITO JR, Armando. **A burguesia no Governo Lula**. *En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes.Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

BOMENY, H.; FREIRE-MEDEIROS, B. (Coord.). **Tempos modernos, tempos de sociologia**. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Fórum Nacional do Trabalho – FNT. 2008. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/fnt/default.asp> Acesso em 15 de Jan. de 2022.

BRESSER- PEREIRA, L. C. **A democracia não está morrendo: foi o neoliberalismo que fracassou**. Fundação Getúlio Vargas. Lua Nova: São Paulo. 2021.

BRESSER – PEREIRA, L. C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos estud. CEBRAP** (86) • Mar 2010 • Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/P9NqzwcNS6SjHcfnrStskFt/?format=html&lang=pt> acesso em: 22 de Jan. de 2022.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. (2009). **"Doença Holandesa e Desindustrialização"**. Valor Econômico, 25 de novembro.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. (2008) Existe doença holandesa no Brasil? Trabalho apresentado ao **IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**, a ser publicado no livro *Doença Holandesa e Indústria*. Versão de 30 de março de 2008.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. *Estudos Avançados*. 2015. Pp.201-214.

CANO, Wilson. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, pp.139-174, jul.-dez. 2014

- CASTRO, Carla Apollinário de. NUNES, Thiago de Garcia. Crítica à razão empreendedora: sobre a função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo. *Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales*. Ano VI. Número 11. Enero- junio. 2014. Pp. 116-136.
- CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2011.
- CHOMSKY, Noam. O lucro ou as pessoas. 1999. *Seven Stories Press*. Ed. Bertrand Brasil.
- CLARKE, Simon. 1994. *Marx's Theory of Crisis*. Nova Iorque: St Martin's Press.
- CODATO, Adriano. O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Nº 32 - Jan./Abr. de 2016 pp. 311-332.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Da Revolução industrial ao movimento operário - As origens do mundo contemporâneo**. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287205625_Revolucion_Industrial_e_Movimento_Operario_As_origens_do_mundo_contemporaneo Acesso em 5 de Fev. de 2022.
- COHN, Gabriel (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Max Weber: sociologia**. 7ª. Ed. São Paulo: Ática, 2002.
- COIMBRA, Aline Fernanda. O programa Minha Casa, Minha Vida em cidades médias: um debate sobre política pública. **Anais do XI encontro Nacional da Anpenge**. 2015.
- COUTO, Mia. **Sombras da água**. 2016. Companhia das letras. São Paulo.
- COTRIM, Gilberto. FERNANDES, Mirna. **Fundamentos da Filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DIAS, L. C. D. O correspondente bancário como estratégia de reorganização de redes bancárias e financeiras no Brasil. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 384-396, agosto.2017.
- DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2018. 320 p.
- DOWBOR, Ladislau. **Pão Nosso de cada dia – opções econômicas para sair da crise**. São Paulo: SP Autonomia literária. 2021, 202 p.
- DURKHEIM, É. **Sociologia e filosofia**. São Paulo, Ed. Forense.1970.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 4. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. (Biblioteca do pensamento moderno).
- EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo. Ed. Boitempo. 1997.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FERNANDEZ, N. D.; FERNANDEZ, Y. D.; NAGAMINI, E. Comunicação empresarial de instituições financeiras no Facebook e no LinkedIn. **Revista Expectativa**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 164–188, 2020. D
- FERREIRA, João Paulo Mesquita Hidalgo. FERNANDES, Luís Estevam de Oliveira Fernandes. **Nova História integrada. ensino médio, volume único**. Campinas, SP Companhia da escola, 2005.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. **Estado e direito do trabalho no Brasil: regulação do emprego entre 1988 e 2088**. Tese (Doutorado) Salvador, UFBA, 2012.

FILGUEIRAS, Luiz. GONÇALVES, Reinaldo. COELHO, Eurelino. A Economia política do governo Lula. São Paulo. **Contraponto**. 2007. Pp.213-219.

FIORI, José L. **O Federalismo diante do fenômeno da Globalização**. In: AFONSO R.B.A. SILVA, P. L. B. (Orgs) A federação em perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo. Fundap. 1995.

FROMM, Erich. [1947] 1960. **Análise do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar. Tradução de Octávio Alves Velho.

FROMM, Erich. **Psicanálise da sociedade contemporânea**. 8. Ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1976.

GALDINO, Cristiano Augusto. **Impacto da política de austeridade na estratificação social**. Bauru. 2018. Campinas. Instituto de Economia Unicamp.

GALVÃO, Andréia. O neoliberalismo na perspectiva marxista. **Revista Crítica Marxista** nº 27, p. 149-156, Campinas, UNICAMP, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo:Atlas. 2002.

GIRALDELLI JR., Paulo. **Economia e filosofia: a subjetivação da teoria do valor**. 2021. Disponível em: <https://ghiraldelli.online/2021/02/03/economia-e-filosofia-a-subjetivacao-do-teoria-do-valor/> Acesso em 23 de Dez. de 2021.

GOMES, Fábio Guedes. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. **Rev. Sociol. Polit.** 17 (32) • Fev 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/D3SxYBSqygKSPPTZtsC97wg/?lang=pt> acesso 31 Jan. 2022.

GRAMSCI, Antônio. 1891-1937. **Cadernos do cárcere. Volume 2**. Edição e tradução: Carlos Alberto Coutinho. Co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira. 2004.

GROHMAM, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**. VOL. 22, Nº 1, JAN.-ABR. 2020 pp. 106-122.

HAN, B. C. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes. 2015.

HAVEY, David. **O neoliberalismo história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stella Gonçalves. Edições Loyola. 2005.

HEILBRONER, Robert L. Mundo inexorável de Karl Marx in: **Os grandes economistas**. Lisboa: Dom Quixote, 1972. (Universidade moderna; v. 21).

HOBBSAWM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> acesso em: 15 de Dez. De 2021.

INFOMONEY, disponível em <https://www.infomoney.com.br/economia/com-crise-banco-central-ja-anunciou-r-12-trilhao-em-recursos-para-bancos/> acesso em 23 de Jan. de 2022.

IPEADATA, disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> acesso em 25 de Ago. de 2021.

IPEA, disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Caracter%C3%ADsticas-do-Emprego-Formal-segundo-a-Rela%C3%A7%C3%A3o-Anual-de-Infoma%C3%A7%C3%B5es-Sociais-2014-31082014.pdf> acesso em 20 de Ago. de 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2018.

LESSA, Sérgio. **Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas Públicas**. São Paulo : Instituto Lukács, 2013.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MARTINS, Mônica de Sousa. **Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

MARX, Karl. *Critique de l'Économie Politique*. In: _____. *OEuvres. Éd. Établie par Maximilien Rubel*. Paris: Gallimard, vol. I: *Économie*. 1965.

MARX, Karl. *Capital*. London: Lawrence & Wishart, 1972. v. III.

MARX, Karl. O capital. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1974. Livro terceiro vV.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, K. **Prefácio**. In: **Para a crítica da Economia Política**. SP: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus, São Paulo, Boitempo, 2005. (Coleção Marx-Engels.).

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos –filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl. 2011 **Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboços da Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo Editorial.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 15. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Trad. Luciano Cavini Martorano, Nélio Schneider e Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2007. (Coleção Marx-Engels).

MASCARO, Alysson Leandro. **Lições de Sociologia do Direito**. 2ª. Ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao estudo do direito**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

_____. **Filosofia do direito**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MATTICK, Paul. 1981. *Economic Crisis and Crisis Theory*. **Londres: The Merlin Press**. Disponível em: <<https://libcom.org/files/Paul%20Mattick%20Economic%20Crisis%20and%20Crisis%20Theory.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2016. <https://libcom.org/files/Paul%20Mattick%20Economic%20Crisis%20and%20Crisis%20Theory.pdf>

MATTICK, Paul. 1983. *Marxism: Last Refuge of the Bourgeoisie?*. Nova Iorque: M.E. Sharpe Inc.

MEACCI, F. *Fictitious capital and crises*. In: BELLOFIORE, R. (Ed.). *Marxian Economics – A reappraisal*. London/New York: MacMillan/St. Martin's Press, 1998

MELLO, Guilherme. ROSSI, Pedro. Do Industrialismo à austeridade: a política macro do governo Dilma. Junho/2017. **Instituto de Economia**. Unicamp.

MÉZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 449-474, dez. 2011.

MORTATTI, Caio Marcos. MIRANDA, Sílvia Helena Galvão de. BACCHI, Míriam Rumenas Piedade. Determinantes do comércio Brasil-China de *commodities* e produtos industriais: uma aplicação VECM. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 2, 2011, pp. 311-335.

MORAES NETTO, Benedito Rodrigues de. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. **Rev. adm. empres.** 26 (4) • Dez 1986. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/GY5jJGMdMySSym9B6DD78Fb/?lang=pt> acesso em: 25 de Jan. de 2022.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NASSIF, André. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2006. 36 p. (Textos para discussão, 108).

OREIRO, José Luíz. FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Brazil. J. Polit. Econ.** 30 (2) • Jun 2010 • Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/?lang=pt> acesso em: 15 de Jan. de 2022.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017

PALMA, G. (2005). **Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa**". Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Agosto.

PAULANI, Lêda Maria. A aventura crítica. **Revista de Economia Política**, vol. 28, nº 1 (109), pp. 166-177, janeiro-março/2007.

PINTO, Eduardo Costa. *Et al.* **A economia nos governos Dilma: acumulação, blocos no poder e crise.** Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ. Fevereiro.2016.

POCHMANN, Márcio. 2. Os trabalhadores na regressão neoliberal. In: ----- OLIVEIRA, Dalila Andrade. POCHMANN, Márcio. 1. ed. Brasília : Gráfica e Editora Positiva : CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente , 2020.p. 31-54.

PREVITALI, Fabiane Santana; FRANÇA, Robson Luiz de; FAGIANI, Cilson César. Trabalho e reestruturação produtiva na agroindústria sucroalcooleira. In: PREVITALI, Fabiane Santana (et. al.). **Trabalho, educação e reestruturação produtiva.** São Paulo: Xamã, 2012. p.15-24.

QUADROS, Waldir. PNAD. 2015. **O Retrocesso se explica.** Campinas. Instituto de Economia Unicamp.

RAIS – CGET/DES/SPPE/TEM. **Características do emprego formal relação anual de informações sociais – 2014.** 2014. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Caracter%C3%ADsticas-do-Emprego-Formal-segundo-a-Rela%C3%A7%C3%A3o-Anual-de-Infoma%C3%A7%C3%B5es-Sociais-2014-31082014.pdf> acesso em 15 de Dez. de 2021.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira. **TD Observatório das metrópoles** 012-2020.

RODRIGUES, Iram Jácome. RAMALHO, José Ricardo. CONCEIÇÃO, Jefferson José da. Relações de trabalho e sindicato no primeiro governo Lula (2003-2006). **Cienc. Cult.** vol.60 no.4 São Paulo Oct. 2008

SANTOS, Daniela. **Apostila de metodologia de pesquisa** - Administração. 1. Ed. Mariana: FEMAR, 2013.

SANTOS, Suzana de Souza. **Análise do panorama do emprego formal no primeiro governo Dilma Rousseff: ajuste fiscal e mercado de trabalho.** Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão das Políticas Públicas do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão das Políticas Públicas. Sumé. Pernambuco. 2017.

SANTOS, Lenalda Andrade. ÁLVARO, Bruno Gonçalves. O significado da idade média aula 10. 2012. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09233108102012Historia_Medieval_II_Aula_10.pdf acesso em 3 de Set. de 2021.

SANTOS, Henrique S. JAKOBSEN, Kjeld A. 1. O trabalho nas atuais transformações da globalização capitalista. In:-----OLIVEIRA, Dalila Andrade. POCHMANN, Márcio. 1. ed. Brasília : Gráfica e Editora Positiva : CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente , 2020.p.9-30.

SILVA, José Alderir da. A política monetária nos governos Lula e Dilma. **Revista de Economia da UEG.** Vol. 13, N.º 1, jan/jun. 2017.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** (Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1982.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** São Paulo: Nova Cultural/Círculo do livro, 1996.

THATCHER, Margaret. *The Downing Street years* - Editora Harper Collins, 1993.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIALATOUX, J. *De Durkheim à Bergson Paris*, Bloud & Gay. 1939.

WEBER, Max. **Textos Coligidos.** São Paulo: Ática, 2001.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo. Companhia das letras. 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, vol. 1.

Websites consultados:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/11/entregador-de-aplicativo-tem-avc-durante-entrega-e-morre-apos-aguardar-2-horas-por-socorro-em-sp.ghtml>